



XVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA QUINTA REGIÃO - CAMPINAS - SÃO PAULO.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª FASE - 1ª ETAPA

DATA: 04/10/2003 (SÁBADO)

HORÁRIO: 13h00min

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz Laurival Ribeiro da Silva Filho - Presidente

Juíza Olga Aida Joaquim Gomieri - Membro

Dr. Mauro Barbosa - Membro (OAB)

SUPLENTES

Juíza Irene Araiun Luz

Juiz Flávio Nunes Campos

Dr. José Eduardo Haddad - Membro (OAB)

COMISSÃO EXAMINADORA

Juíza Olga Aida Joaquim Gomieri - Presidente

Juiz José Severino da Silva Pitas - Membro

Dra. Iara Aparecida Moura Martins - Membro (OAB)

SUPLENTES

Juíza Margarete Aparecida Gulmaneli

Juiz Edson Silva Trindade

Dr. Luiz Donato Silveira - Membro (OAB)



**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS (1ª ETAPA)
DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

1. Assinalar a alternativa correta :

A forma não se inclui entre os elementos essenciais à validade do contrato de trabalho, exceto em se tratando de:

- a) Contrato de safra
- b) Contrato de trabalho temporário e o dos jornalistas profissionais.
- c) Contrato dos jornalistas profissionais, radialistas e operadores cinematográficos.

d) Contrato de experiência e todos os demais por prazo determinado.

e) Todas as afirmações anteriores são incorretas.

2. Assinalar a alternativa correta :

a) O contrato de trabalho por prazo determinado não pode ser anulado em decorrência de vícios do consentimento.

b) Somente a coação autoriza a anulação do contrato de trabalho por vício de consentimento.

c) O contrato de trabalho por prazo determinado pode ser anulado quando o empregador se equivoca em relação às habilidades do empregado.

d) O erro sobre qualidade essencial do empregado autoriza a anulação do contrato de trabalho.

e) Todas as afirmativas anteriores são erradas.

3. Assinalar a alternativa correta.

a) O empregado que tolera durante mais de cinco anos o pagamento do salário após o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido não tem direito à rescisão indireta do contrato de trabalho porque a caracterização da justa causa requer a atualidade da falta grave do empregador.

b) A alteração de função tolerada pelo empregado durante vários meses enseja o acolhimento de rescisão indireta do contrato de trabalho.

c) A infração às medidas de segurança do trabalho pelo empregador configura justa causa para rescisão indireta do contrato de trabalho desde que o empregado não tolere a infração por mais de cinco anos consecutivos.

d) A punição moral do empregado mediante o seu afastamento dos serviços sem prejuízo da remuneração não encontra óbice na lei.

e) Todas as afirmativas anteriores são incorretas.

4. É incorreto dizer:

a) O contrato de trabalho é nulo quando não reveste a forma prevista em lei.

b) A condição resolutiva e o termo final extinguem os contratos de trabalho por prazo determinado no momento em que se verifica o evento.

c) A gravidez não prorroga o contrato de trabalho por prazo determinado.

d) O contrato de trabalho por prazo indeterminado pode sujeitar-se à condição.

e) Todas as afirmações anteriores são incorretas.

5. Assinalar a alternativa correta.

a) O ato de improbidade que autoriza a dispensa por justa causa exige sempre uma conduta comissiva do empregado.

b) Quando o empregador se defende alegando dispensa do empregado por justa causa em função de desídia, indisciplina e abandono de emprego, a prova da justa causa deve se restringir à alegação do abandono de



emprego.

c) A ciência de falta grave praticada pelo empregado depois de consumada a rescisão contratual isenta o empregador do pagamento de indenizações.

d) O empregador pode rescindir o contrato de trabalho de empregado com estabilidade decenal, desde que pague a indenização.

e) Todas as alternativas anteriores são corretas.

6. É correto afirmar quanto ao empregado doméstico.

a) Aplicam-se-lhe as normas contidas na CLT.

b) Caracteriza o vínculo de emprego a prestação de serviços intermitentes.

c) Para caracterizar o vínculo de emprego é necessária a prestação de serviços sem solução de continuidade.

d) A gestante tem estabilidade no emprego até cinco meses após o parto.

e) O empregado doméstico tem direito ao FGTS e ao seguro-desemprego independentemente de manifestação volitiva do empregador.

7. É incorreto afirmar.

a) No direito do trabalho é inadmissível a renúncia prévia de direitos decorrentes do pacto laboral.

b) A transação é inadmissível durante o contrato de trabalho.

c) O pedido de demissão de empregado com mais de um ano de serviço só possui validade quando feito com assistência sindical ou de autoridade do Ministério do Trabalho.

d) A rescisão do contrato somente se torna efetiva após expirado o prazo do aviso prévio.

e) Quando o empregador reconsidera o aviso prévio dado ao empregado, este não é obrigado a aceitar a reconsideração.

8. Quanto às fontes do direito do trabalho, é incorreto dizer:

a) As fontes estatais prevalecem sobre as mistas.

b) As fontes mistas prevalecem sobre as profissionais.

c) As convenções internacionais podem prevalecer sobre fontes de origem estatal.

d) a regra para solução de conflitos entre fontes do direito do trabalho é a aplicação da norma mais favorável independente de sua origem, exceto quando ferir norma de ordem pública.

e) O princípio do conglobamento permite o fracionamento de normas emanadas de fontes distintas para aplicação das disposições mais favoráveis ao empregado.

9. Assinalar a alternativa correta.

a) O tomador de serviços de empresa de trabalho temporário é exonerado de qualquer responsabilidade trabalhista em caso de falência da fornecedora dos serviços.

b) Configura fraude a direitos trabalhistas e enseja a nulidade do contrato de trabalho temporário, a contratação direta do trabalhador pela empresa tomadora ao fim do prazo em que tenha sido colocado o trabalhador à sua disposição pela empresa de trabalho temporário.

c) A execução simultânea de contrato de trabalho e de mandato com amplos poderes é incompatível.

d) A cláusula de exclusividade no contrato de representação comercial revela a relação de emprego entre representante e representado.



e) A pessoa física estrangeira pode exercer a representação comercial autônoma no Brasil.

10. Assinale a alternativa correta.

a) A Justiça do Trabalho não tem competência legal para conhecer de lides decorrentes de contratos relativos a empreitadas em que o empreiteiro seja operário ou artífice.

b) No contrato de parceria agrícola, o parceiro-cessionário não participa dos riscos do negócio com o parceiro-cedente.

c) O pagamento do salário só pode ser provado com a exibição do recibo firmado pelo empregado.

d) O pagamento de comissões e percentagens só é exigível depois de ultimada a transação a que se referem, e a cessação do contrato de trabalho não prejudica sua percepção.

e) Todas as alternativas anteriores são erradas.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

11. Assinalar a alternativa correta :

a) Na execução forçada, o ofício jurisdicional atua na definição dos direitos substanciais das partes.

b) A prova do direito líquido, certo e exigível do credor se constitui elemento subjetivo do processo de execução.

c) O Espólio é parte legítima para figurar no pólo ativo e passivo da execução porque a lei lhe confere personalidade jurídica.

d) A penhora em dinheiro vulnera o princípio de que a execução deve se realizar da forma menos onerosa ao executado.

e) Todas as afirmativas anteriores são incorretas.

12. Assinalar a alternativa correta.

a) O inventariante dativo representa o espólio no pólo ativo ou passivo da execução.

b) O falecimento do executado na fase de execução sem deixar herdeiros ou sucessores resulta extinção do processo executivo.

c) A execução da sentença contra a qual foi proposta ação rescisória na Justiça do Trabalho é provisória.

d) A limitação dos atos processuais na execução provisória posterga o direito de defesa do devedor até a execução se tornar definitiva.

e) Todas as afirmativas anteriores são incorretas.

13. Assinalar a alternativa correta.

a) O sócio de sociedade de fato responde subsidiariamente em execução de dívida trabalhista da sociedade.

b) Os bens do devedor na posse de arrendatários não podem ser penhorados.

c) Na execução de dívida do marido, a defesa da meação da mulher faz-se por meio de Embargos de Terceiro, exceto quando ela se torna parte na execução por força de intimação da penhora que recaiu sobre imóvel.

d) Não havendo prévia sujeição dos bens à execução, o credor deve demonstrar o *eventus damni* para que se configure a fraude de execução.

e) Todas as afirmativas anteriores são incorretas.

14. Assinalar a alternativa correta.

a) Na hipótese de fraude de execução, o adquirente se torna devedor e coobrigado solidário pela dívida exequenda.

b) A fraude contra credores pressupõe sempre um devedor em estado



de insolvência e é causa de ineficácia da alienação.

c) O bem encontrado com o executado, mas onerado com alienação fiduciária, não pode ser objeto de penhora em nenhuma hipótese.

d) O juiz deve preterir o lance do arrematante pelo pedido de adjudicação.

e) Todas as afirmativas anteriores são corretas.

15. Assinalar a alternativa correta.

a) O juiz não pode declarar de ofício a nulidade da execução por vício de citação do executado.

b) Somente os créditos previdenciários podem ser executados *ex officio* na Justiça do Trabalho.

c) O credor não tem a livre disponibilidade do processo de execução na Justiça do Trabalho em decorrência do impulso oficial pelo juiz e do princípio da irrenunciabilidade.

d) Na execução trabalhista a citação é feita pelo correio com fundamento na Lei de Execução Fiscal.

e) A citação na execução trabalhista é feita por Oficial de Justiça ou por edital, não havendo previsão para citação por hora certa.

16. Assinalar a alternativa correta.

a) A penhora pode ser realizada das 6h00min às 18h00min, no máximo, nos dias úteis, como também em domingo e feriado mediante autorização expressa do juiz.

b) O executado poderá garantir a execução nomeando bens à penhora com observância da ordem preferencial estabelecida na Lei de Execução Fiscal.

c) A ordem legal de nomeação de bens à penhora tem de ser observada pelo exeqüente e pelo órgão jurisdicional quando o executado não paga nem garante a execução.

d) A apreensão judicial decorrente da penhora retira do devedor a posse indireta e o domínio de seus bens.

e) Com a penhora de seus bens, o executado se reduz à situação de nu-proprietário.

17. Assinalar a alternativa correta.

a) A alienação feita pelo devedor em desatenção à penhora é válida como ato jurídico perfeito entre ele e o adquirente.

b) O registro da penhora é condição indispensável ao prosseguimento da execução.

c) A impenhorabilidade do imóvel residencial único da família é absoluta.

d) A avaliação de imóvel penhorado por termo nos autos pode ser efetuada por oficial de Justiça fora da comarca em que serve.

e) O parcelamento de débito previdenciário perante o INSS não é causa de suspensão da respectiva execução na Justiça do Trabalho.

18. Assinalar a alternativa correta.

a) A penhora em bens do espólio é feita no rosto dos autos do inventário.

b) O conhecimento da Exceção de Pré-Executividade subordina-se à prévia garantia da execução.

c) A Exceção de Pré-Executividade deve ser deduzida como preliminar nos Embargos do Devedor.

d) O devedor pode remir a execução antes da expedição da carta de



arrematação ou adjudicação.

e) A rejeição da exceção de pré-executividade tem natureza de decisão interlocutória.

19. Assinalar a alternativa correta.

a) O ato declaratório da liquidação extrajudicial obsta o ajuizamento de reclamação trabalhista em face da entidade liquidanda e suspende as execuções enquanto durar a liquidação.

b) A preferência dos créditos trabalhistas não se sobrepõe a dos créditos tributários nem afeta a garantia real de outros credores.

c) O direito real de usufruto pode ser penhorado diante da preferência do crédito trabalhista.

d) A alienação antecipada de bens pode ser decretada de ofício pelo Juiz nos casos expressos em lei.

e) Para obter a posse direta de bens arrematados na Justiça do Trabalho, o arrematante necessita promover ação própria na Justiça Comum.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

20. A respeito do princípio da inércia no direito processual civil é incorreto afirmar:

a) o juiz somente poderá conhecer de pedido do réu se sua pretensão tiver sido deduzida em forma de ação conexa, reconvenção ou ação declaratória incidental;

b) há matérias que, por serem de ordem pública, devem ser apreciadas de ofício pelo juiz, não estando sujeitas à preclusão;

c) há procedimentos que podem ser iniciados de ofício pelo juiz, tais como o inventário, a exibição de testamento, a arrecadação de bens de herança jacente e a arrecadação de bens de ausente;

d) o juiz pode, de ofício, suscitar conflito de competência e incidente de uniformização de jurisprudência;

e) podem provocar a atividade jurisdicional a parte, o interessado, bem como o Ministério Público, nas causas em que a lei lhe atribuir legitimidade;

21. Assinale a alternativa correta no que toca à legitimidade "ad causam":

a) na ação de reparação de dano causada por acidente de trânsito, o adquirente do veículo somente é parte legítima para figurar no pólo passivo se o registro da transferência tiver sido formalizado perante o órgão competente;

b) o Ministério Público não tem legitimidade para recorrer na ação de acidente de trabalho, quando o segurado estiver assistido por advogado;

c) as pessoas jurídicas têm legitimidade para propor ação popular;

d) a ação de adjudicação compulsória pode ser ajuizada em face do signatário do compromisso de compra e venda;

e) o nascituro é parte legítima para propor ação de investigação de paternidade;

22. É incorreto afirmar.

a) o dever de probidade não é só das partes, mas de seus procuradores e todos aqueles que, de qualquer forma, intervêm no processo;

b) o dever de dizer a verdade é exigido das partes, de seus procuradores e dos intervenientes;

c) em relação às testemunhas o dever de depor comporta exceções;

d) não há previsão legal a respeito do embaraço ao exercício da jurisdição, a exemplo do "contempt of court", enraizado no direito anglo-saxônico;



e) expressões injuriosas lançadas nos autos podem ser riscadas de ofício pelo juiz da causa;

23. Forma, requisitos de validade e conteúdo da petição inicial. Sobre o tema, é possível afirmar que:

a-) quando a parte, na impossibilidade de acolhimento de uma primeira pretensão, deduz outra posterior, formula, pela nossa sistemática, pedido alternativo;

b) não se admite a cumulação de pedidos não conexos quando para cada qual a lei estabelecer tipos diversos de ritos processuais;

c) o direito brasileiro adotou a teoria da substanciação em relação à causa de pedir;

d) é relevante para o correto exame do mérito o "nomen juris" que o autor atribui à ação;

e) os fundamentos de fato da pretensão compõem a causa de pedir remota;

24. Sobre o princípio do juiz natural é possível afirmar:

a) tem aplicação, também, no processo administrativo;

b) a escolha pelas partes de um árbitro para solucionar as lides existentes entre elas ofende o princípio do juiz natural;

c) ofende-o a chamada prerrogativa de foro;

d) aplica-se no processo civil tanto às hipóteses de competência absoluta quanto de competência relativa, eis que preceitos de ordem pública;

e) conquanto fundamental para a garantia do Estado de Direito não possui base no ordenamento constitucional brasileiro;

25. Ação Rescisória. O que é possível afirmar?

a) qualquer decisão transitada em julgado enseja a propositura da ação rescisória.

b) conquanto disciplinadas em lei, as hipóteses que ensejam a rescisão da sentença admitem ampliação mediante interpretação analógica ou extensiva;

c) instaura relação processual conexa àquela em que foi proferida a decisão rescindenda.

d) o processo simulado, a que se refere o artigo 129 do CPC, não desafia a ação rescisória;

e) é admissível, em tese, o ajuizamento de ação rescisória contra acórdão proferido em ação rescisória;

26. Embargos de Terceiro. Assinale a alternativa incorreta.

a) constituem ação autônoma, apesar de gerarem processo incidente;

b) processam-se em autos apartados;

c) são distribuídos por dependência em virtude da relação existente entre eles e a ação principal;

d) podem ser rejeitados liminarmente, hipótese que desafia agravo de instrumento;

e) o possuidor direto pode alegar, com a sua posse, domínio alheio.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. Assinalar a alternativa correta :

a) - O contraditório e a ampla defesa se classificam como espécies de garantia formal das tutelas constitucionais das liberdades.

b) - As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais podem ser de eficácia contida.

c) - A Constituição Federal em vigência é escrita, outorgada e rígida.



d) - A eficácia jurídica das normas constitucionais depende de integração por legislação infraconstitucional.

e) As normas constitucionais de princípio institutivo são de eficácia plena.

28. Assinalar a alternativa correta :

a) pode ser objeto de delegação a legislação sobre a carreira e a garantia dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

b) pode ser objeto de delegação a legislação sobre cidadania.

c) A maioria qualificada, exigível para aprovação de Emenda à Constituição Federal, traduz-se em um terço, no máximo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

d) cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre a organização, funcionamento, criação e extinção de cargos, empregos ou funções dos serviços da Câmara dos Deputados.

e) Todas as afirmações anteriores são incorretas.

29. Assinalar a alternativa correta:

a) O poder constituinte originário só pode ser exercido através da eleição de representantes populares.

b) integrantes do povo segundo a ordem jurídica vigente são apenas os nascidos na República Federativa do Brasil, bem como os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil e os naturalizados.

c) O poder constituinte originário visa à criação do Estado e se caracteriza como um poder de fato.

d) O Estado que tem origem em movimento revolucionário é necessariamente democrático.

e) A competência reformadora se corporifica por meio de Leis Complementares.

30. Assinalar a alternativa correta.

Considerando o disposto no artigo 5º inciso XIII da Constituição Federal - "*É livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer;*" - é correto afirmar:

a) O dispositivo é de aplicabilidade plena e não pode ter sua eficácia reduzida.

b) O princípio do livre exercício profissional é pleno somente enquanto não existir legislação infraconstitucional restringindo-o.

c) O livre exercício profissional é pleno porque o dispositivo tem aplicação imediata e revoga todas as disposições que o limita.

d) A norma tem apenas eficácia jurídica

e) Todas as afirmações anteriores são corretas.

31. Assinalar a alternativa correta.

a) A reforma e o controle de constitucionalidade decorrem do princípio da isonomia.

b) A competência reformadora prevista na Constituição Federal subordina-se somente a limitações materiais e circunstanciais.

c) A intervenção Federal constitui limitação material à competência reformadora.

d) O exercente da competência reformadora pode localizar competências residuais dos Estados federados e, por Emenda Constitucional,



acrescentá-las às da União ou do Município.

e) A revisão constitucional prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias se deu com quórum inferior ao exigido para aprovação de reforma constitucional.

32. Assinalar a alternativa correta.

a) O controle da constitucionalidade compete privativamente ao Supremo Tribunal Federal.

b) O controle difuso da constitucionalidade é competência privativa do Supremo Tribunal Federal exclusivamente por via de exceção.

c) A declaração incidental de inconstitucionalidade de ato normativo pelo Supremo Tribunal Federal além de operar efeitos entre as partes, retira a eficácia do ato normativo.

d) A declaração de inconstitucionalidade promovida pelo Supremo Tribunal Federal não tem o efeito de retirar a eficácia do ato normativo.

e) A ação declaratória de constitucionalidade poderá ser proposta apenas pelo Presidente da República, pela Mesa do Senado Federal e pela Mesa da Câmara dos Deputados.

33. Assinalar a alternativa correta.

a) A decisão definitiva de mérito proferida pelo Supremo Tribunal Federal em Ação Declaratória de Constitucionalidade de lei ou ato normativo federal não produz efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário, mas tem efeito vinculante relativamente aos órgãos do Poder Executivo.

b) Em sede de responsabilidade por danos a interesses difusos não se aplicam as regras da solidariedade.

c) O princípio da irredutibilidade salarial previsto dentre os direitos sociais na Constituição Federal, em sua dimensão jurídica, é uma proteção da expressão nominal do salário.

d) Os sindicatos podem celebrar acordo coletivo de trabalho estabelecendo a redução salarial para a categoria profissional.

e) Para celebrar Acordo Coletivo de Trabalho os sindicatos não dependem do comparecimento dos trabalhadores diretamente interessados à assembléia, sendo suficiente à validade do ajuste coletivo o comparecimento de 2/3 (dois terços) dos associados da entidade.

34. Assinalar a alternativa correta.

a) O ordenamento jurídico pátrio prevê apenas o mandado de segurança, o *habeas corpus*, o mandado de injunção, o *habeas data* e a ação popular como garantias instrumentais das liberdades.

b) O princípio da isonomia e o da legalidade se classificam como espécies de garantia formal das tutelas constitucionais das liberdades.

c) A Constituição Federal em vigência estabeleceu a responsabilidade objetiva do empregador na hipótese de acidente do trabalho.

d) O controle da inconstitucionalidade por omissão destina-se a expungir do ordenamento jurídico ato normativo que viola a Carta Política.

e) Todas as afirmações anteriores são incorretas.

35. Assinalar a alternativa correta:

Considerando que a Constituição Federal vigente assegura aos trabalhadores urbanos e rurais o reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho, além de preconizar a obrigatoriedade da participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho, é correto afirmar:

a) A categoria profissional inorganizada em sindicato só pode ser



representada em convenções coletivas de trabalho pelas Federações no âmbito de suas representações.

b) Tanto a categoria profissional como a econômica inorganizadas em sindicatos podem ser representadas em convenções coletivas de trabalho pelas confederações no âmbito de suas representações.

c) As categorias profissional e econômica só podem ser representadas em convenção coletiva de trabalho por sindicato.

d) De acordo com a Carta Política vigente, a contribuição para custeio do sistema confederativo deve ser fixada em convenção coletiva de trabalho.

e) A licitude do desconto da contribuição sindical em folha de pagamento requer a observância de formalidades estabelecidas em lei, especialmente negociação coletiva, diante do princípio da unicidade sindical.

36. Assinalar a alternativa correta.

a) O Brasil é um Estado Unitário porque sua Carta Política atribui autonomia aos Estados e Municípios.

b) No plano interno, a União revela a vontade da Federação quando edita leis nacionais e demonstra a sua vontade quando edita leis federais.

c) Leis Federais são as que alcançam todos os habitantes do território nacional.

d) Todas as competências dos Estados encontram-se enumeradas no texto constitucional.

e) Os Estados Federados não podem legislar sobre direito do Trabalho em nenhuma hipótese.

37) Assinalar a alternativa correta.

a) A fase que deflagra o processo de criação da lei é a discussão.

b) A sanção e a promulgação são fases do processo de criação da Medida Provisória.

c) A Medida Provisória não apreciada no prazo de trinta dias contados de sua publicação é considerada aprovada pelo Congresso Nacional.

d) Somente os atos discricionários são atacáveis por mandado de segurança.

e) A força institucional do Estado de aplicar o direito a uma controvérsia, deduzida processualmente, e em caráter definitivo, é privativa do Poder Judiciário, mas há exceção em nosso ordenamento jurídico.

38. Assinalar a alternativa correta;

a) Os débitos de natureza alimentícia são apenas os decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, bem como os benefícios previdenciários.

b) Os pagamentos devidos pela Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, em virtude de sentença judiciária, podem ser realizados sem expedição de precatório desde que o exequente renuncie ao crédito que exceder o valor fixado em lei para as obrigações de pequeno valor.

c) Não há proibição à expedição de precatório suplementar de valor pago.

d) A Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal pode efetivar o pagamento de dívida trabalhista sem apresentação de precatório, independente de seu valor, diante da natureza alimentar do crédito.

e) Nas execuções de débito de pequeno valor, a Fazenda Pública é citada para pagar a execução.

39. Assinalar a alternativa correta.



- a) A execução contra autarquia dispensa o precatório seja qual for o valor do débito trabalhista.
- b) O prazo para oposição de Embargos à execução pela Fazenda Pública é de dez dias no Processo do Trabalho.
- c) É cabível a execução provisória contra a Fazenda Pública nos exatos termos do artigo 730 do CPC.
- d) O órgão jurisdicional de primeiro grau não tem competência funcional para determinar o seqüestro em execução contra a Fazenda Pública em nenhuma hipótese.
- e) Todas as afirmações anteriores são incorretas.

40. Assinalar a alternativa correta.

- a) O controle difuso da constitucionalidade não pode ser efetivado de ofício pelo juiz singular.
- b) Tanto no controle difuso como no controle concentrado, a declaração de inconstitucionalidade é o objetivo principal da lide.
- c) A ação declaratória de constitucionalidade tem por objeto evitar ou reparar lesão a preceito fundamental resultante de ato do Poder Público.
- d) Julgada a ação direta de inconstitucionalidade, o Presidente do Tribunal determina o imediato cumprimento da decisão.
- e) Compete ao Superior Tribunal de Justiça o julgamento de conflito de competência entre Juiz do Trabalho e Juiz de Direito Estadual.

DIREITO ADMINISTRATIVO

41. Assinalar a alternativa correta :

- a) A administração pública deve ser orientada apenas pelos princípios do direito.
- b) O direito do administrado a tratamento isonômico perante a administração pública traduz o princípio da legalidade.
- c) O instituto da requisição previsto no artigo 5º inciso XXV da Constituição Federal revela no âmbito da administração o princípio da autotutela dos atos administrativos.
- d) O uso desproporcional do poder pelo agente para o atendimento do escopo legal a que está vinculado o ato administrativo enseja sua invalidação pela própria administração ou pelo Poder Judiciário.
- e) Todas as afirmações são corretas.

42. Assinalar a alternativa correta :

- a) O estado de sítio e o estado de defesa por configurarem exceção ao princípio da legalidade não são passíveis de controle judicial.
- b) As Medidas Provisórias não são consideradas exceção ao princípio da legalidade porque sofrem controle judicial.
- c) As autarquias são civilmente responsáveis por quaisquer atos de seus empregados que causarem danos a terceiros.
- d) Os poderes administrativos são iminentes e estruturais do Estado.
- e) Os poderes administrativos são incidentais e instrumentais.

43. Assinalar a alternativa correta.

- a) É pacífica a doutrina quanto a responsabilidade objetiva do Estado pelos atos omissivos de seus agentes.
- b) Os Procuradores da República e da Justiça, Promotores, Curadores Públicos e os integrantes das carreiras relativas à Advocacia-Geral da União enquadram-se na categoria de agentes políticos.
- c) Os membros dos Tribunais de Contas (Ministros e Conselheiros) e



os representantes diplomáticos são agentes honoríficos.

d) São agentes credenciados as autoridades que atuam com independência funcional no desempenho de atribuições governamentais, judiciais ou quase-judiciais, estranhas ao quadro do serviço público.

e) A autonomia conferida constitucionalmente aos Municípios não os autoriza a editar lei criando cargos em comissão para o exercício de funções como de médico, engenheiro e agente administrativo.

44. Assinalar a alternativa correta.

a) Lei estadual pode estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

b) Não há proibição à acumulação de empregos em sociedades de economia mista quando houver compatibilidade de horários.

c) É proibida a percepção simultânea de proventos de aposentadoria pelos servidores titulares de cargos efetivos em autarquias com a remuneração de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

d) O tempo de serviço do servidor público afastado do emprego para exercício de mandato eletivo federal ou estadual será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento.

e) Agentes públicos e agentes políticos são expressões sinônimas para o direito administrativo.

45. Assinalar a alternativa correta.

a) A competência administrativa pode ser transferida e prorrogada pela vontade dos interessados.

b) A competência administrativa pode ser transferida e prorrogada pela vontade dos interessados somente para a prática de atos discricionários.

c) A competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto constituem requisitos vinculados de qualquer ato administrativo.

d) O mérito do ato administrativo não é passível de correção judicial.

e) Quando a lei confia à administração a escolha e a valoração dos motivos e do objeto dos atos administrativos estar-se-á diante de um ato administrativo vinculado.

46) Assinalar a alternativa correta.

a) Os fatos alegados e afirmados pela administração para a prática do ato administrativo são tidos e havidos como verdadeiros até prova em contrário.

b) A imperatividade do ato administrativo depende da declaração judicial de sua validade.

c) Os atos de gestão são sempre administrativos típicos.

d) A validade do ato administrativo nem sempre se subordina a efetiva existência do motivo declarado para sua prática.

e) O ato administrativo ilegítimo pode ser revogado pela administração.

47. Assinalar a alternativa correta.

a) A Justiça do Trabalho detém competência legal para dirimir litígios decorrentes da relação de trabalho entre servidores públicos *stricto sensu* e as pessoas jurídicas de direito público.

b) A faculdade de a administração revogar atos administrativos por motivos de conveniência ou de oportunidade não encontra restrições na lei.

c) O conceito de ilegalidade para fins de anulação do ato administrativo se restringe à violação frontal da lei.

d) Os efeitos da anulação dos atos administrativos retroagem às suas origens, invalidando as conseqüências passadas, presentes e futuras do ato anulado,



inclusive com relação a terceiros de boa-fé alcançados pelos seus efeitos incidentes.

e) Os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria administração desde que não acarretem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

48. Assinalar a alternativa correta.

a) As autarquias possuem autonomia política.

b) Os bens públicos recebidos para formação do patrimônio de empresas públicas não se sujeitam à execução pelos débitos da empresa.

c) As empresas exploradoras de atividade econômica, sejam empresas públicas ou sociedades de economia mista, sujeitam-se à falência.

d) A sociedade de economia mista que explora atividade econômica não está sujeita à falência, mas seus bens são penhoráveis e executáveis e a entidade pública que a instituiu responde subsidiariamente por suas obrigações.

e) As sociedades de economia mista não integram a administração pública indireta.

49. Assinalar a alternativa correta.

a) O FGTS de empregado em autarquia municipal pode ser objeto de execução direta na Justiça do Trabalho.

b) A investidura em cargo público ocorre com o ato de nomeação.

c) A discricionariedade, a auto-executoriedade e a coercibilidade são atributos específicos ao exercício do poder de polícia administrativa.

d) O regime de liberdades públicas em que vivemos não admite a auto-executoriedade, a discricionariedade e a coercibilidade como atributos do exercício do poder de polícia.

e) Todas as afirmativas anteriores são incorretas.

50. Assinalar a alternativa correta.

a) O poder regulamentar não é privativo dos chefes de executivos.

b) O poder regulamentar pode ser delegado a subordinados em função do exercício do poder hierárquico.

c) O enriquecimento ilícito é presumido quando o agente público adquire para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução de seu patrimônio ou renda.

d) O abuso de autoridade sujeita o agente público federal, estadual ou municipal somente à responsabilidade administrativa.

e) O inquérito civil público é condição de procedibilidade da ação civil pública.



XVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA QUINTA REGIÃO - CAMPINAS - SÃO PAULO.

PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS - 1ª FASE - 2ª ETAPA

DATA: 05/10/2003 (DOMINGO)

HORÁRIO: 09h00min

COMISSÃO DO CONCURSO

Juiz Laurival Ribeiro da Silva Filho - Presidente

Juíza Olga Aida Joaquim Gomieri - Membro

Dr. Mauro Barbosa - Membro (OAB)

SUPLENTES

Juíza Irene Araiun Luz

Juiz Flávio Nunes Campos

Dr. José Eduardo Haddad - Membro (OAB)

COMISSÃO EXAMINADORA

Juíza Olga Aida Joaquim Gomieri - Presidente

Juiz José Severino da Silva Pitas - Membro

Dra. Iara Aparecida Moura Martins - Membro (OAB)

SUPLENTES

Juíza Margarete Aparecida Gulmaneli

Juiz Edson Silva Trindade

Dr. Luiz Donato Silveira - Membro (OAB)



**PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS (2ª ETAPA).
DIREITO PENAL**

51. Analise os enunciados adiante:

I) Participar de suspensão ou abandono coletivo de trabalho, provocando a interrupção de obra pública ou serviço de interesse coletivo, embora tipifique conduta delituosa prevista no Código Penal, não enseja a condenação do agente, se não houver abuso no exercício da greve.

II) O crime de desacato exige o fim especial de desprestigiar a função pública do ofendido; o Juiz não pode ser sujeito passivo desse delito porque não é funcionário público.

III) Oficial de Justiça pode ser desacatado por advogado, mas entre defensor e promotor públicos não pode haver desacato.

IV) O juiz pode prender em flagrante a testemunha que comete perjúrio durante seu depoimento.

V) Mesmo que a falsa declaração testemunhal não influa no julgamento da lide, o crime de falso testemunho subsiste.

Sobre os enunciados acima, é correto afirmar que:

a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;

b) II, III e IV estão corretos; I e V contêm erros;

c) I, III e V contêm erros; II e IV estão corretos;

d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;

e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;

52. Analise os enunciados adiante:

I) Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato (que não provocou por sua vontade) para salvar de perigo atual direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se;

II) O policial militar, o bombeiro e o médico sanitário, se estiverem enfrentando o perigo em decorrência de disposição legal, não podem invocar, em seu benefício, o estado de necessidade e não podem eximir-se da responsabilidade pela conduta típica que praticarem para salvar direito próprio numa situação de perigo.

III) Se razoável for exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, em situação de perigo, não haverá estado de necessidade e o agente responde pelo ilícito, mas haverá causa de diminuição da pena, de um sexto a um terço, pelo crime cometido;

IV) Se o fato for cometido em estrita obediência a ordem, manifestamente ilegal, de superior hierárquico, respondem criminalmente o superior hierárquico e aquele que praticou a conduta típica. Haverá, contudo, em benefício daquele que, em obediência estrita a ordem, praticou a conduta típica, circunstância atenuante da pena;

V) Não é necessário, para caracterizar o estado de necessidade, ter o agente conhecimento de que agiu para salvar interesse próprio ou de terceiro;

Sobre os enunciados acima, é correto afirmar que:

a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;

b) II, III e IV estão corretos; I e V contêm erros;

c) I, III e V contêm erros; II e IV estão corretos;

d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;

e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;

53. Analise os enunciados adiante:

I) Admite-se a retratação nos crimes de calúnia, injúria e difamação. O querelado que se retrata, antes da sentença, fica isento de pena. Se os crimes de calúnia, injúria e difamação forem cometidos mediante paga ou promessa de



recompensa, aplica-se a pena em dobro;

II) Nos crimes de calúnia, difamação e injúria, é admitida a exceção da verdade. No crime de difamação, porém, a exceção da verdade somente é admitida se o ofendido é funcionário público e a ofensa é relativa ao exercício de suas funções;

III) O Código Penal não permite, no crime de calúnia, a prova da verdade, se, do crime imputado, de ação penal pública ou privada, o ofendido foi absolvido por sentença irrecorrível, ou, então, se do crime imputado, de ação penal privada ou pública, o ofendido não foi condenado por sentença irrecorrível;

IV) Se o crime de calúnia for cometido contra funcionário público, em razão de suas funções, a ação penal, a despeito de se tratar de crime contra a honra, é pública, condicionada todavia à representação do ofendido.

V) A ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador, somente não constitui injúria, não afastando a possibilidade da existência de crime de calúnia e de difamação.

Sobre os enunciados acima, é correto afirmar que:

- a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;
- b) IV está correto; I, II, III e V contêm erros;
- c) I, II, IV e V contêm erros; III está correto;
- d) II e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;
- e) II e V estão corretos; I, III e IV contêm erros;

54. Analise os enunciados adiante:

I) Comete crime de patrocínio infiel o advogado ou procurador judicial que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias;

II) No crime de exercício arbitrário das próprias razões, somente se procede mediante ação penal privada. É pública e incondicionada a ação penal quando o agente comete o crime de fraude processual;

III) Em se tratando de furto e receptação dolosa, se a coisa furtada ou receptada é de pequeno valor, pode o juiz, desde que, em ambos os casos, seja o agente primário, substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa. O juiz não pode, no crime de estelionato, embora primário o agente e ainda que o prejuízo da vítima seja de pequeno valor, substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa;

IV) No crime de fraude à execução, incluído no elenco dos crimes contra a Administração da Justiça, a ação penal é pública, condicionada contudo à representação do lesado;

V) É fato típico aliciar trabalhadores com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional. Também é fato típico recrutar trabalhadores com o fim de levá-los para território estrangeiro.

Sobre os enunciados acima, é correto afirmar:

- a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;
- b) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;
- c) I, II, III, IV e V contêm erros;
- d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;
- e) II e V estão corretos; I, III e IV contêm erros;

55. Analise os enunciados adiante:

I) No crime de furto (simples, privilegiado e qualificado), a ação penal sempre é pública e incondicionada. As coisas móveis, suscetíveis de apreensão e transporte, podem ser objeto de furto, ainda que consideradas, pelo Direito Civil, como bens imóveis;

II) Há furto privilegiado, quando a coisa furtada é de pequeno valor e o



agente é primário (§ 2º do art. 155), sendo irrelevante a anterior condenação do agente, por sentença irrecorrível, por contravenção penal;

III) É crime subtrair o condômino, para si ou para outrem, a quem legitimamente a detém, a coisa comum. Todavia, não é punível a subtração de coisa comum infungível, cujo valor não excede a quota a que tem direito o agente;

IV) Não comete o crime de apropriação indébita o agente que se apropria de *res nullius*. Os direitos obrigacionais não podem ser furtados, mas os títulos que os constituem, ainda que nominativos, podem ser objeto de furto. Pode ser objeto material do crime de furto a coisa derrelita. Comete furto quem subtrai, para outrem, coisa alheia móvel esquecida. Não comete o crime de furto aquele que subtrai, para si, coisa alheia móvel, ainda que de valor econômico irrelevante;

V) É qualificada a apropriação indébita se o agente se apropria da coisa que lhe foi confiada na condição de depositário judicial. Se o agente se apropria de *res deperdita* que encontrou e não a restitui ao legítimo possuidor e não a entrega à autoridade competente, dentro do prazo de 15 dias, comete crime de apropriação de coisa achada.

Sobre os enunciados acima é correto afirmar que:

- a) I, III e V estão corretos; II e IV contêm erros;
- b) II e V estão corretos; I, III e IV contêm erros;
- c) I, III e IV contêm erros; II e V estão certos;
- d) I está correto; II, III, IV e V contêm erros;
- e) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros.

56. Analise os enunciados adiante:

I) Iniciada a execução do crime, responde por tentativa o agente que de modo não voluntário desiste de prosseguir no crime.

II) A tentativa é punida com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços;

III) Responde o agente por tentativa quando o crime não se consuma por relativa impropriedade do objeto. Não responde o agente por tentativa quando o crime não se consuma por relativa impropriedade do meio empregado.

IV) Haverá tentativa quando, embora tenha o agente iniciado a execução, o crime não se consuma. Somente há tentativa se o agente procede com dolo.

V) O arrependimento eficaz tem lugar quando o agente, tendo ultimado o processo de execução do crime, desenvolve nova atividade impedindo a produção do resultado. O arrependimento deve ser voluntário. No entanto, se o agente não consegue impedir o resultado, o agente responde pelo crime consumado, mas há, nesse caso, circunstância relevante, para atenuação da pena.

Sobre os enunciados acima, é correto afirmar que:

- a) I, II e III estão corretos; IV e V contêm erros;
- b) IV e V estão corretos; I, II e III contêm erros;
- c) I e IV contêm erros; II, III e V estão corretos;
- d) I, III e IV estão corretos; II e V contêm erros;
- e) I e V estão corretos; II, III e IV contêm erros.

57. Analise os enunciados adiante:

I) É isento de pena quem comete crime de furto, sem o emprego de grave ameaça ou violência à pessoa, em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural.

II) Se o crime é de roubo ou extorsão, o agente não está isento de pena, se praticado o crime em prejuízo do cônjuge, na constância da sociedade conjugal. Nesse caso, a ação penal é pública, condicionada, todavia, à representação



do ofendido.

III) O estranho que participa do crime de furto, cometido por agente em prejuízo de ascendente, com ou sem o emprego de grave ameaça ou violência à pessoa, não está isento de pena.

IV) O crime de receptação pode ser doloso ou culposo. A receptação é punível ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa. Em se tratando de receptação culposa, se o receptador é primário, pode o juiz, tendo em vista as circunstâncias, deixar de aplicar a pena.

V) O crime de dano é qualificado somente nas hipóteses em que o agente o pratica com violência à pessoa ou grave ameaça, ou, então, contra o patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista.

Sobre os enunciados acima, é correto afirmar que:

- a) I, II e III estão corretos; IV e V contêm erros;
- b) IV e V contêm erros; I, II e III estão corretos;
- c) I, III e V estão corretos; II e IV contêm erros;
- d) II e V contêm erros; I, III e IV estão corretos;
- e) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros

58. Analise os enunciados adiante:

I) Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, antes ou depois de transitar em julgado a sentença que, no país ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior;

II) Não há reincidência se o crime é praticado antes ou após a prolação de sentença irrecorrível em que o agente tenha sido condenado por contravenção penal;

III) Não há nenhuma distinção quanto à natureza dos crimes (antecedente e subsequente), caracterizando-se a reincidência entre crimes dolosos, culposos, doloso e culposo, culposo e doloso, idênticos ou não, apenados com pena privativa de liberdade ou multa, praticados no país ou no estrangeiro.

IV) Prevalece, para efeito de reincidência, a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a infração posterior tiver decorrido período de tempo não superior a cinco anos, computado o período de prova da suspensão ou livramento condicional, se não ocorrer revogação;

V) Para efeito de reincidência, não se consideram os crimes militares próprios e políticos. A sentença que conceder perdão judicial será considerada para efeito de reincidência;

Considerando os enunciados acima, é correto afirmar:

- a) I e V contêm erros; II, III e IV estão corretos;
- b) I, II e III contêm erros; IV e V estão corretos;
- c) IV e V contêm erros; I, II e III estão corretos;
- d) I, III e V contêm erros; II e IV estão corretos;
- e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros.

59. Analise os enunciados adiante:

I) No crime de apropriação indébita previdenciária, extingue-se a punibilidade se o agente, espontaneamente, declara, confessa e efetua o pagamento das contribuições, importâncias e valores devidos, na forma definida em lei ou regulamento, antes do início da ação fiscal;

II) No crime de apropriação indébita previdenciária, é facultado ao juiz deixar de aplicar a pena ou aplicar somente a de multa, se o agente for primário e de bons antecedentes, desde que tenha promovido, após o início da ação fiscal e antes da prolação da sentença, o pagamento da contribuição social previdenciária e os



acessórios;

III) No crime de apropriação indébita previdenciária, pode o juiz deixar de aplicar a pena, ou aplicar somente a de multa, ao agente considerado primário e de bons antecedentes, se o valor das contribuições devidas, inclusive acessórios, é igual ou inferior àquele estabelecido pela previdência social, administrativamente, como sendo o mínimo para o ajuizamento de suas execuções fiscais;

IV) ainda que não seja o agente primário e não tenha bons antecedentes, mas desde que cometido o crime sem violência ou grave ameaça à pessoa, se o agente voluntariamente paga as contribuições previdenciárias e acréscimos devidos, antes da denúncia, o juiz deve reduzir a pena de um a dois terços, por caracterizado o arrependimento posterior;

V) No crime de falsa perícia, o fato deixa de ser punível se, antes da sentença no processo em que ocorreu o ilícito, o agente se retrata ou declara a verdade;

Sobre os enunciados acima, é correto afirmar que:

- a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;
- b) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;
- c) I, II, IV e V contêm erros; III está correto;
- d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;
- e) I, III, IV e V estão corretos; II contém erro;

DIREITO INTERNACIONAL E COMUNITÁRIO

60. Assinalar a alternativa correta :

- a) Os tratados fechados não comportam mais de duas partes.
- b) A adoção do texto do tratado aberto se concretiza ao ser assinado pelos Estados participantes.
- c) A falta de ratificação de tratados constitui violação a normas internacionais.
- d) Os Estados cujos delegados governamentais votaram a favor de tratado multilateral aberto não são obrigados a ratificá-lo.
- e) Todas as afirmações anteriores são incorretas.

61. Assinalar a alternativa correta :

- a) As convenções da Organização Internacional do Trabalho correspondem a leis supranacionais.
- b) O ato-condição manifestado depois de o governo ser a tanto autorizado pelo poder competente na ordem jurídica interna pode gerar a vigência do tratado no plano internacional e a eficácia para o Estado que o ratificou ou a ele aderiu, se já estiver em vigor na ordem jurídica internacional.
- c) A iniciativa para submissão do Tratado ao Congresso Nacional é da autoridade diplomática competente.
- d) A aprovação de Tratado pelo Congresso Nacional faz-se por meio de Resolução.
- e) Todas as afirmativas anteriores são corretas.

62. Assinalar a alternativa correta.

- a) A vigência subjetiva de um tratado não depende de sua vigência objetiva.
- b) A emenda a Tratado obriga o Estado que já seja parte no mesmo independente de ratificação do instrumento de emenda.
- c) A denúncia expressa de convenções da Organização Internacional do Trabalho formaliza-se através de ato de governo, mas a manifestação pelo chefe do executivo depende de autorização do Congresso Nacional.
- d) A denúncia de Tratado é ato meramente administrativo.



e) A denúncia tácita resulta da não ratificação do instrumento de revisão da convenção anteriormente ratificada.

63. Assinalar a alternativa correta.

a) De acordo com a teoria monista pertence exclusivamente ao direito interno de cada Estado determinar como um tratado se converte em obrigatório no direito nacional.

b) O Estado pode invocar no âmbito internacional o seu direito interno para justificar o descumprimento de um Tratado ratificado.

c) O princípio *pacta sunt servanda* faz convalidar na ordem interna Tratado com disposição contrária à Constituição Federal.

d) Os representantes das organizações internacionais gozam de privilégios semelhantes àqueles do corpo diplomático de qualquer Estado.

e) À luz dos direitos das gentes é imputável aos Estados, ao Distrito Federal, aos municípios e territórios brasileiros a ação ou omissão caracterizada como ilícita no plano internacional.

64. Assinalar a alternativa correta.

a) A Organização Internacional do Trabalho não tem personalidade jurídica.

b) A Recomendação é suscetível de ratificação.

c) A ratificação de Convenção pode afetar lei, costume ou acordo que garanta aos trabalhadores condições mais favoráveis.

d) A imunidade de jurisdição não subsiste no que se refere a toda espécie de lide derivada de relação jurídica entre o Estado estrangeiro e o meio local.

e) Os bens de representação diplomática ou consular podem ser penhorados pela Justiça brasileira nas causas em que não for cabível a imunidade de jurisdição.

65. A respeito do Direito Comunitário e da Jurisdição Supranacional, é incorreto afirmar:

a-) O Direito Comunitário se fundamenta numa principiologia própria, como os princípios da paz, da unidade, da igualdade, da liberdade, da solidariedade, da segurança, do respeito aos direitos fundamentais, da subsidiariedade e da proporcionalidade;

b-) O Direito Comunitário vale-se de consagrados princípios gerais de Direito, como o *pacta sunt servanda*, o *suum cuique tribuere*, o *ne bis in idem*, o *nemo inauditus damnare potest*, o *ad impossibilia nemo tenetur* e o *nemo jus ignorare censetur*;

c-) Como objeto, o Direito Comunitário lida com conjunto de normas supranacionais, ou seja, um conjunto de regras comuns aos Estados-membros da associação, as quais emanam de fontes próprias;

d-) A despeito de diretamente aplicável o Direito Comunitário pelo Estado-membro e da autonomia da ordem jurídica comunitária, não há supremacia desta em relação ao Direito Interno que lhe é contrário;

e-) O Direito Comunitário se aparta dos demais ramos do conhecimento jurídico pelo fato de que suas normas não são aplicadas por um poder central, de caráter supranacional, mas pelas autoridades administrativas e judiciárias de cada um dos integrantes do bloco regional, sem qualquer interferência direta dos órgãos comunitários;

66. A respeito do Tribunal de Justiça da Comunidade Européia não é correto afirmar:



a) não é atribuição da Corte responder a dúvidas e questionamentos de magistrados locais sobre a aplicabilidade e interpretação de uma norma comunitária;

b) cabe ao Tribunal de Justiça dirimir e prevenir eventuais conflitos, sobretudo a partir da uniformização jurisprudencial;

c) sua principal atribuição consiste em atuar como verdadeira Corte Constitucional, ao confrontar as leis e normas administrativas emanadas dos órgãos comunitários com os tratados instituidores da União Européia;

d) é composto por um número de juízes correspondente ao de países da Comunidade, nomeados por estes de forma consensual, para um mandato de seis anos, renovável por igual período.

e-) os juízes devem apresentar todas as características e condições exigidas nos Estados de origem para o desempenho das mais altas funções jurisdicionais.

67. Assinale a alternativa incorreta sobre o ordenamento jurídico comunitário Europeu:

a) o Direito Comunitário forma um sistema jurídico autônomo, não se confundindo com o Direito Internacional;

b) o Direito Comunitário modifica e integra direta ou indiretamente o ordenamento nacional, em virtude de uma limitação de soberania aceita pelos Estados-membros;

c) o ordenamento jurídico comunitário é integrado pelo direito originário, composto pelas normas jurídicas advindas dos Tratados que instituíram a Comunidade Européia, e pelo direito derivado, criado pelas instituições comunitárias, como regulamentos, diretivas, recomendações e pareceres.

d) a diretiva é um ato jurídico comunitário pelo qual se estabelece uma obrigação dos Estados-membros quanto a objetivos determinados, deixando a estes a escolha da forma e dos meios para alcançá-los em determinado prazo.

e) o Direito Comunitário pressupõe a autonomia dos ordenamentos nacionais só intervindo através de um ato que se expresse através de ratificação;

68. O que é errado dizer a respeito da livre circulação de trabalhadores na Comunidade Européia:

a) implica igualdade no acesso ao emprego, igualdade de remuneração, igualdade de condições de trabalho e não discriminação na obtenção dos benefícios da seguridade social;

b-) é considerada um direito fundamental do trabalhador comunitário, enquanto pessoa, como corolário do direito de migração.

c) não se aplica às atividades do setor público, com exceção feita aos empregos relevantes da administração pública.

d) os familiares do empregado também têm o direito de se instalar e de exercer uma atividade assalariada ou de se submeter ao ensino geral de aprendizagem ou formação profissional.

e) o bom funcionamento do mercado comum europeu exigiu a supressão de obstáculos à livre circulação de pessoas e de trabalhadores, de forma a eliminar discriminações e uniformizar custos.

69. A respeito da disciplina jurídica do trabalho no Mercosul é correto afirmar:

a) o Tratado de Assunção, firmado em 26 de março de 1991, constituiu um mercado comum entre a Argentina, o Brasil, o Chile, o Paraguai e o Uruguai, centrado na cooperação comercial e política entre os respectivos países, todos em fase de desenvolvimento.



b) o Tratado de Assunção dispõe especificamente sobre normas de política social, em especial criando condições para que profissionais de um país pudessem ser contratados por empresas de outro.

c) o Tratado de Assunção atribui ao Mercosul personalidade jurídica de Direito Internacional.

d) os países signatários do Mercosul possuem estruturas jurídico-trabalhistas semelhantes e com assimetrias irrelevantes, o que permitirá a harmonização dos institutos jurídicos e a criação de instituições comuns de direito do trabalho e assistência social.

e) no atual estágio de desenvolvimento do Mercosul inexistem regras comunitárias a respeito do trabalho, regras estas cuja instituição é dificultada porquanto os países signatários adotam, em seus ordenamentos internos, definições diferenciadas a respeito do contrato de trabalho.

DIREITO CIVIL

70. Analise os enunciados abaixo transcritos.

I) A sociedade simples não pode se constituir sob a forma de sociedade limitada e em nome coletivo.

II) Não há distinção entre sociedade simples e sociedade empresária.

III) Somente a sociedade simples pode constituir-se para prestação de serviços; Há impedimento para formação de sociedade simples de capital e serviço concomitantemente.

IV) A sociedade simples subordina-se sempre às normas que lhe são próprias; a sociedade simples não pode - sem perder sua qualidade de simples - sujeitar-se às normas pertinentes às sociedades personificadas.

V) A sociedade que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural e seja constituída, ou transformada, de acordo com um dos tipos de sociedade empresária, poderá se inscrever no Registro Público de Empresas Mercantis de sua sede, caso em que, depois de inscrita, ficará equiparada, para todos os efeitos, à sociedade empresária.

Segundo os enunciados acima é correto afirmar:

- a) I e III estão corretos; II e V contêm erros;
- b) I, II e V estão corretos; III e IV contêm erros;
- c) IV e V contêm erros; I, II e III estão corretos;
- d) I, II e III contêm erros; IV e V estão corretos;
- e) I, II, III, e IV contêm erros; V está correto.

71. Analise os enunciados abaixo transcritos:

I) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor. Entretanto, se o sucessor for menor, relativa ou absolutamente incapaz, a prescrição iniciada é suspensa, até o sucessor adquirir a maioridade;

II) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, a todos os outros credores solidários aproveita, independentemente de a obrigação ser ou não divisível. A interrupção da prescrição por um dos credores solidários aproveita aos outros, assim como a interrupção efetuada contra o devedor solidário envolve os demais e seus herdeiros;

III) As pessoas jurídicas têm ação contra seus representantes legais, quando estes derem causa à prescrição ou à decadência, ou não as alegarem oportunamente. A prescrição não pode ser conhecida de ofício, salvo se favorecer a absolutamente incapaz. A prescrição pode ser interrompida apenas uma vez, por qualquer interessado. O prazo prescricional não pode ser alterado por acordo das partes.

IV) Se ambas as partes procederem com dolo, nenhuma pode alegá-lo



para anular o negócio, ou reclamar indenização. O dolo do representante convencional de uma das partes só obriga o representado a responder civilmente até a importância do proveito que teve; se, porém, o dolo for do representante legal, o representado responderá solidariamente com ele por perdas e danos.

V) Ocorre a lesão quando uma pessoa, embora experiente, mas sob necessidade premente, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. A lesão também se configura quando uma pessoa inexperiente, sujeita ou não a necessidade premente, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta. Para que ocorra a anulação do negócio por lesão, a parte que se beneficia da prestação manifestamente desproporcional deve ter procedido de má-fé, sobretudo nos casos em que tem conhecimento da inexperiência ou, então, da necessidade premente da outra parte. A desproporção deve ser apreciada ao tempo da celebração do negócio. Não se decreta a anulação do negócio jurídico, se for oferecido suplemento suficiente, ou se a parte favorecida concordar com a redução do proveito.

Segundo os enunciados acima transcritos, é correto afirmar:

- a) I e III estão corretos; II e V contêm erros;
- b) I, II e V estão corretos; III e IV contêm erros;
- c) IV e V contêm erros; I, II e III estão corretos;
- d) I, II e III contêm erros; IV e V estão corretos;
- e) I, II, IV e V contêm erros; III está correto.

72. Analise os enunciados adiante:

I) A cláusula penal pode referir-se à inexecução completa da obrigação, à de alguma cláusula especial ou simplesmente à mora. Se se tratar de inexecução completa da obrigação pelo devedor, poderá o credor, se optar por exigir o cumprimento da obrigação, pleitear, cumulativamente, o cumprimento da obrigação assumida pelo devedor e o valor atinente à cláusula penal estipulada pela inexecução completa da obrigação. Todavia, o valor da cominação imposta na cláusula penal pode ser reduzido pelo juiz, se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

II) Podem ser anulados, indistintamente por qualquer credor quirografário ou por qualquer credor cuja garantia se tornar insuficiente, por fraude contra credores, os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente ou por eles reduzido à insolvência, ou, então, os contratos onerosos do devedor insolvente, nos casos em que a insolvência for notória.

III) Não corre prazo decadencial contra pessoas absolutamente incapazes. A decadência é irrenunciável. Deve o juiz, em se tratando de decadência, dela conhecer, de ofício, independentemente de provocação pelo interessado ou pelo Ministério Público, quando tiver de intervir na causa.

IV) Não constitui ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente. Todavia, quando o ato, diante das circunstâncias, não for absolutamente necessário, ou, então, se o for, exceder os limites do indispensável para a remoção do perigo, o ato ilícito estará caracterizado. Mesmo na hipótese de ser lícito o ato que lesa a pessoa ou destrói coisa alheia, a pessoa lesada ou o proprietário da coisa destruída, não tendo culpa pelo perigo, tem o direito de receber indenização diretamente do autor do dano, mas este tem ação regressiva contra o terceiro que culposamente causou o perigo.

V) O representado pode anular o negócio jurídico, concluído pelo representante em conflito de interesses com o representado, somente se quem tratou com o representante efetivamente tinha conhecimento do conflito de interesses. Nesse caso, o prazo para anulação, contado da conclusão do negócio ou da cessação da



incapacidade, é decadencial;

VI) Todo aquele que recebeu o que lhe não era devido fica obrigado a restituir. A repetição é possível se o *solvens* procedeu com erro. Não pode o *solvens* pleitear a repetição do valor que pagou para solver dívida prescrita ou obrigação natural, nem o valor que pagou com o intuito de obter fim ilícito, imoral ou proibido por lei. Em se tratando de enriquecimento sem causa, a restituição é devida, não só quando não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, mas também se esta deixou de existir. É cabível a restituição por enriquecimento, ainda que a lei confira ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.

Considerando os enunciados acima transcritos, é correto afirmar:

- a) I, III e V estão corretos; II e VI contêm erros;
- b) I, II, III, V e VI contêm erros; IV está correto;
- c) II, III, V e VI contêm erros; I e IV estão corretos;
- d) I, II, III, IV, V e VI estão corretos;
- e) IV, V e VI estão corretos; I, II e III contêm erros.

73. Analise os enunciados abaixo:

I) Não cumprida voluntariamente a obrigação, responde o devedor por perdas e danos. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, entendidos como o fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir;

II) O devedor que, notificado, nada opõe à cessão que o credor faz a terceiros dos seus direitos, não pode opor ao cessionário a compensação, que antes da cessão teria podido opor ao cedente. O devedor que se tornar credor do seu credor, ainda que penhorado o crédito deste numa execução proposta por um terceiro, pode opor ao terceiro-exeqüente a compensação, de que contra o próprio credor disporia;

III) O devedor não incorre em mora, não havendo fato ou omissão imputável ao devedor. A mora do credor, contudo, independe de culpa. A mora do credor subtrai o devedor isento de dolo à responsabilidade pela conservação da coisa, obriga o credor a ressarcir as despesas empregadas em conservá-la, e, ainda, o sujeita a recebê-la pela estimação mais favorável ao devedor, se o seu valor oscilar entre o dia estabelecido para o pagamento e o da sua efetivação;

IV) Na cessão por título oneroso, o cedente, ainda que não se responsabilize, fica responsável ao cessionário pela existência do crédito ao tempo em que lhe cedeu; a mesma responsabilidade lhe cabe nas cessões por título gratuito, tenha ou não o cedente procedido de má-fé. Em se tratando de cessão onerosa, podem as partes estipular que o cedente responde pela solvabilidade do devedor; nesse caso, o cedente responde apenas por aquilo que do cessionário recebeu, e, também, pelos juros, pelas despesas da cessão e pelas despesas feitas pelo cessionário para cobrança.

V) O ato do credor pignoratício, que voluntariamente restitui ao devedor o objeto empenhado, necessariamente implica a renúncia à garantia real e, ainda, a remissão da dívida. Quando a dívida for representada por instrumento particular, a mera entrega voluntária do documento pelo credor, criando a presunção de pagamento, prova a desoneração do devedor, desde que o credor seja capaz de alienar e o devedor seja capaz de adquirir.

Sobre os enunciados acima transcritos, é correto afirmar que:

- a) I, III e V estão corretos; II e IV contêm erros;
- b) I, III e V contêm erros; II e IV estão corretos;
- c) I, II e III contêm erros; IV e V estão corretos;
- d) III está correto; I, II, IV e V contêm erros;
- e) I, III e VI estão corretos; II e V contêm erros.

**74. Analise os enunciados abaixo:**

I) A sub-rogação transfere ao novo credor todos os direitos, ações, privilégios e garantias do primitivo credor, em relação à dívida, só contra o devedor principal. Todavia, na sub-rogação legal, o sub-rogado não poderá exercer os direitos e as ações do credor, senão até à soma que tiver desembolsado para desobrigar o credor.

II) A exceção do contrato não cumprido pode ser apresentada pelas pessoas que celebrarem contrato sinalagmático, com prestações recíprocas e simultâneas, exigíveis no mesmo momento. Não é possível invocar a exceção se a lei ou o contrato determinar a quem compete cumprir a obrigação em primeiro lugar. Podem as partes abrir mão da exceção do contrato não cumprido, se estipularem, no contrato, a cláusula *solve et repete*. Todavia, excepcionalmente, em se tratando de contrato onde estabelecidas prestações não simultâneas, poderá a parte, a quem incumbe fazer a prestação em primeiro lugar, recusar-se a esta, até que a outra satisfaça a que lhe compete ou dê garantia bastante de satisfazê-la, se, ao tempo da celebração do negócio, a outra parte era insolvente e a insolvência era desconhecida pela parte que se recusa a prestação em primeiro lugar;

III) É facultado a terceiro assumir a obrigação do devedor, com o consentimento do credor, ficando, assim, exonerado o devedor primitivo, ainda que o terceiro se torne insolvente, após a assunção da dívida. O devedor pode assinar prazo ao credor para que consinta na assunção da dívida, interpretando-se o seu silêncio como concordância. O novo devedor não pode opor ao credor as exceções pessoais que competiam ao devedor primitivo.

IV) Não se consideram benfeitorias os melhoramentos ou acréscimos sobrevindos ao bem sem a intervenção do proprietário, possuidor ou detentor. As benfeitorias voluptuárias aumentam ou facilitam o uso do bem. As benfeitorias necessárias têm por fim conservar o bem ou evitar que se deteriore;

V) Somente terá eficácia o pagamento que importar transmissão da propriedade, quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu. Se se der em pagamento coisa fungível, não se poderá mais reclamar do credor que, de boa-fé, a recebeu e não a consumiu, ainda que o solvente não tivesse o direito de aliená-la.

Sobre os enunciados acima transcritos, podemos afirmar que:

- a) I, II e III contêm erros; IV e V estão corretos;
- b) I, IV e V estão corretos; II e III contêm erros;
- c) I, II, III, IV e V estão corretos;
- d) I, III, IV e V contêm erros; II está correto;
- e) V está correto; I, II, III e IV contêm erros.

75. Analise os enunciados adiante:

I) O Código Civil, resguardando a segurança jurídica, estabelece que, nos negócios jurídicos, a manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, tendo ou não o destinatário conhecimento da reserva. O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa;

II) Invalidam os negócios jurídicos que lhe são subordinados as condições impossíveis, quando resolutivas; consideram-se inexistentes as condições impossíveis, quando suspensivas;

III) Em se tratando de obrigações alternativas, quando a escolha couber ao credor e uma das prestações tornar-se impossível por culpa do devedor, o credor só terá o direito de exigir a prestação subsistente; no entanto, se, por culpa do devedor, ambas as prestações se tornarem inexecutíveis, poderá o credor reclamar o valor de qualquer das duas, além da indenização por perdas e danos;



IV) O erro de indicação da pessoa ou da coisa, a que se referir a declaração de vontade, não viciará o negócio quando, por seu contexto e pelas circunstâncias, se puder identificar a coisa ou pessoa cogitada. O erro não prejudica a validade do negócio jurídico quando a pessoa, a quem a manifestação de vontade se dirige, se oferecer para executá-la na conformidade da vontade real do manifestante;

V) A coação física (*vis absoluta*) provoca a nulidade do negócio jurídico, por ausência de vontade. A coação moral (*vis relativa* ou *vis compulsiva*) torna o negócio jurídico anulável. Não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito. Para que se configure a coação moral, a coação deve ser a causa determinante do negócio jurídico, e o dano deve ser iminente e igual, pelo menos, ao receável do ato extorquido. Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, se dela teve ou devia ter conhecimento a parte a que aproveite. No entanto, subsiste o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela não tenha tido nem devesse ter conhecimento.

Considerando os enunciados acima, é possível afirmar que:

- a) I, II, III e V contêm erros; IV está correto;
- b) I, II e V estão corretos; III e IV contêm erros;
- c) I, III e IV estão corretos; d) II e V contêm erros;
- d) I contém erro; II, III, IV e V estão corretas;
- e) I, II, III e IV estão corretos; V contém erro.

76. Analise os enunciados abaixo:

I) A sociedade em conta de participação somente adquire personalidade jurídica quando o contrato social é levado a registro no órgão competente;

II) Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade;

III) Na sociedade em conta de participação, o sócio participante que toma parte nas relações do sócio ostensivo responde, subsidiariamente, pelas obrigações em que intervier;

IV) Falindo o sócio participante, o contrato social da sociedade em conta de participação fica sujeito às normas que regulam os efeitos da falência nos contratos bilaterais do falido.

V) Em se tratando de sociedade não personificada, os bens e dívida sociais constituem patrimônio especial, do qual os sócios são titulares em comum;

VI) Os sócios, em se tratando de sociedade não personificada, respondem solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais. Todavia, existindo bens sociais, todos os sócios podem invocar o benefício de ordem.

VII) Em se tratando de sociedade não personificada, os bens sociais respondem pelos atos de gestão praticados por qualquer dos sócios, salvo pacto expreso limitativo de poderes, que somente terá eficácia contra o terceiro que efetivamente o conheça;

Sobre os enunciados acima é correto afirmar que:

- a) I, III, V e VII estão corretos; II, IV e VI contêm erros;
- b) V e VII estão corretos; I, II, III, IV e VI contêm erros;
- c) IV e VII estão corretos; I, II, III, V e VI contêm erros;
- d) III, VI e VII estão corretos; I, II, IV e V contêm erros;
- e) II, IV e V estão corretos; I, III, VI e VII contêm erros;

77. Analise os enunciados adiante:

I) Nas sociedades simples, até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário,



perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio;

II) O sócio, cuja contribuição consista em serviços, não pode empregar-se em atividade estranha à sociedade, sob pena de ser privado de seus lucros e dela excluído;

III) São revogáveis, extrajudicialmente, desde que por justa causa, os poderes do sócio investido na administração por cláusula expressa do contrato social.

IV) Se os bens da sociedade não lhe cobrirem as dívidas, respondem os sócios pelo saldo, observando-se, sempre, a proporção em que participem das perdas sociais.

V) O sócio, admitido em sociedade já constituída, não se exime das dívidas sociais anteriores à admissão, salvo se o contrário for estipulado.

VI) No silêncio do contrato, os administradores podem praticar todos os atos pertinentes à gestão da sociedade. A sociedade somente pode opor a terceiros o excesso cometido pelos administradores se a limitação de poderes estiver inscrita ou averbada no registro próprio da sociedade.

Sobre os enunciados acima, é correto afirmar que:

- a) I, III, V e VI estão corretos; II e IV contêm erros;
- b) V e VI estão corretos; I, II, III e IV contêm erros;
- c) IV e VI estão corretos; I, II, III e V contêm erros;
- d) III, V e VI estão corretos; I, II e IV contêm erros;
- e) I está correto; II, III, IV, V e VI contêm erros;

78. Assinalar a alternativa correta.

a) Ocorre ab-rogação quando a lei nova estabelece disposições gerais ou especiais a par das já existentes;

b) A estabilidade dos direitos adquiridos, a intangibilidade dos atos jurídicos perfeitos e a invulnerabilidade da coisa julgada se assentam no princípio da retroprojeção da lei.

c) A aplicação imediata e geral da lei não pode atingir relações nascidas sob o império de outra lei, mas ainda não aperfeiçoadas.

d) Em matéria de contratos, o princípio fundamental é o de que a lei reguladora será a do tempo em que os mesmos foram celebrados.

e) Todas as afirmações anteriores são incorretas.

79. Assinalar a alternativa correta.

a) A interpretação autêntica da lei é fornecida pela doutrina e jurisprudência.

b) Quanto aos meios, a interpretação da lei pode ser declarativa, extensiva e restritiva.

c) A interpretação sistemática da lei requer do hermeneuta a verificação da real intenção do legislador e a razão de ser da norma.

d) A analogia é um dos recursos fornecidos pela ciência jurídica para integrar as leis excepcionais.

e) Todas as afirmativas anteriores são incorretas.

80. Assinalar a alternativa correta.

a) Para a justa solução dos litígios, o juiz deve sempre recorrer a equidade.

b) De acordo com a regra do efeito imediato, a nova lei não atinge fatos anteriores nem os efeitos anteriores desses fatos.

c) O princípio da não retroatividade colide com a regra do efeito imediato.

d) Os negócios jurídicos sob uma condição se sujeitam ao direito do tempo em que se verificar essa condição.



e) O direito condicional não é um direito adquirido, uma vez que está em suspenso e depende de um fato cuja incidência é incerta.

DIREITO COMERCIAL

81. Analise os enunciados adiante, que tratam da lei de defesa do consumidor:

I) O juiz deve desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social;

II) Consideram-se interesses ou direitos coletivos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato;

III) Consideram-se interesses ou direitos individuais homogêneos os decorrentes de origem comum;

IV) Deve o juiz, em benefício do consumidor, inverter, em qualquer circunstância, o ônus da prova;

V) A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente ou a título coletivo. As ações coletivas não induzem litispendência para as ações individuais.

Sobre os enunciados acima é correto afirmar:

a) I e II estão corretos; III, IV e V contêm erros;

b) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;

c) I, II e III contêm erros; IV e V estão corretos;

d) I, IV e V estão corretos; II e III contêm erros;

e) I, II e IV contêm erros; III e V estão corretos.

82. Analise os enunciados adiante:

I) Não podem impetrar concordata as empresas concessionárias que tenham por objeto a exploração de serviços aéreos;

II) A concordata não produz novação, não desonera os coobrigados com o devedor, nem os fiadores deste e os responsáveis por via de regresso. É ilegal o pedido de concordata, após o decreto de falência

III) O devedor poderá obter a concordata preventiva se se propuser a pagar 50% dos créditos dos seus credores quirografários no prazo de 6 meses. A concordata pode ser rescindida pelo não pagamento das prestações nas épocas devidas ou inadimplemento de qualquer outra obrigação assumida pelo concordatário;

IV) Decretada a liquidação extrajudicial de instituição financeira, cessa a correção monetária de todos os seus débitos, inclusive os trabalhistas;

V) O juiz fixará, se possível, o termo legal da falência, designando a data em que se tenha caracterizado esse estado, sem retrotraí-lo por mais de sessenta dias, contados do primeiro protesto por falta de pagamento, ou do despacho ao requerimento inicial da falência ou da distribuição do pedido de concordata preventiva.

Segundo os enunciados acima transcritos é correto afirmar:

a) I, II e IV estão corretos; III e V contêm erros;

b) I e V estão corretos; II, III e IV contêm erros;

c) I, II, III e IV contêm erros; V está correto;

d) IV está correto; I, II, III e V contêm erros;

e) I, IV e V estão corretos; II e III contêm erros.

83. Analise os enunciados adiante:

I) O falido perde o direito de administrar os seus bens somente a partir do momento da abertura da falência;

II) O falido perde o direito de dispor dos seus bens desde o momento da abertura da falência ou da decretação do seqüestro;



III) Antes da prolação da sentença no processo falimentar, o juiz pode, de ofício ou a requerimento do credor, ordenar o seqüestro dos bens do devedor;

IV) Compreendem-se na falência todos os bens do falido, inclusive os absolutamente impenhoráveis;

Sobre os enunciados transcritos é correto afirmar:

a) I e IV estão corretos; II e III contêm erros;

b) I e III estão corretos; II e IV contêm erros;

c) I e IV contêm erros; II e III estão corretos;

d) I, II e III estão corretos; IV está errado;

e) I, II, III e IV estão errados.

84. Analise os enunciados adiante:

I) A diretoria da sociedade anônima será composta de dois ou mais diretores, eleitos e destituíveis a qualquer tempo, apenas por justa causa, pelo conselho de administração, ou, se inexistente, pela assembléia geral;

II) O conselho de administração da sociedade anônima tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento;

III) O contrato de trabalho do empregado eleito para ocupar cargo de diretor não é suspenso, computando-se o tempo de serviço deste período para todos os efeitos;

IV) As empresas regidas pela legislação laboral devem equiparar seus diretores a seus empregados, quanto ao regime do fundo de garantia do tempo de serviço.

Sobre os enunciados transcritos é correto afirmar:

a) I e IV estão corretos; II e III contêm erros;

b) I e III estão corretos; II e IV contêm erros;

c) I e IV contêm erros; II e III estão corretos;

d) I, II e III estão corretos; IV contém erro;

e) I, II, III e IV contêm erros.

85. Analise os enunciados adiante:

I) Exceto quando regulado de modo diverso em lei especial, o título de crédito, segundo o código civil, é endossável, salvo se contiver cláusula, escrita no título, proibindo o endosso;

II) O título de crédito, incompleto ao tempo da emissão, deve ser preenchido de acordo com o ajuste realizado pelas partes. No entanto, se não o for, o descumprimento não constitui motivo de oposição ao terceiro portador que adquiriu o título;

III) Aquele que, a despeito de exceder os poderes que tem, lança a sua assinatura em título de crédito, como mandatário ou representante de outrem, não fica pessoalmente obrigado ao pagamento do título;

IV) Enquanto o título de crédito estiver em circulação, somente ele poderá ser dado em garantia, ou ser objeto de medidas judiciais, e não, separadamente, os direitos ou mercadorias que representa;

V) O pagamento de título de crédito, que contenha obrigação de pagar soma determinada, pode ser garantido, total ou parcialmente, por aval, exceto quando regulado de modo diverso em lei especial.

VI) Não pode o credor, no vencimento, recusar pagamento, ainda que o devedor queira realizar pagamento parcial, sob pena de ser constituído em mora.

Sobre os enunciados acima é correto afirmar que:

a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;

b) II, III e IV estão corretos; I e V contêm erros;



- c) I, III e V contêm erros; II e IV estão corretos;
- d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;
- e) IV e VI estão corretos; I, II, III e V contêm erros;

86. Analise os enunciados adiante:

I) decretada a falência, o credor que, indevidamente, receber alguma quantia dos coobrigados solventes ou das massas dos coobrigados falidos, fica obrigado a restituir em dobro, além de pagar perdas e danos.

II) Não produzem efeito relativamente à massa, tenha ou não o contratante conhecimento do estado econômico do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores, o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado dentro do termo legal da falência, e, ainda, a prática de atos a título gratuito, desde dois anos antes da declaração da falência;

III) São revogáveis, relativamente à massa, apenas os atos praticados com a intenção de prejudicar terceiros, provando-se a fraude do devedor e do terceiro que com ele contratar. Se não proposta a ação revocatória pelo síndico, no prazo previsto em lei, podem os credores dela fazer uso;

IV) O mandato conferido pelo devedor, antes da falência, acerca de negócios que interessam à massa falida, é considerado revogado pela declaração da falência, devendo o mandatário prestar contas ao síndico da massa falida;

V) a falência produz o vencimento antecipado de todas as dívidas do falido, exceto as obrigações sujeitas a condição suspensiva, mas as multas por infração de leis penais e administrativas e as cláusulas penais dos contratos unilaterais não podem ser reclamadas na falência.

Sobre os enunciados acima é correto afirmar:

- a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;
- b) II, III e IV estão corretos; I e V contêm erros;
- c) I, II, III, IV e V contêm erros;
- d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;
- e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;

87. Analise os enunciados abaixo:

I) a falência não pode ser declarada se a pessoa, contra quem for requerida, provar a existência de requerimento de concordata preventiva, anterior ou não à citação no pedido de falência;

II) a falência não pode ser declarada quando comprovada, por documento hábil do registro do comércio, a cessação do exercício do comércio;

III) a falência pode ser declarada ainda que o devedor realize o depósito do crédito reclamado, para discutir a legitimidade da dívida, se constatada a improcedência das alegações do devedor;

IV) a falência não pode ser declarada, se a dívida estiver prescrita, tenha ou não o devedor alegado a prescrição;

V) pode ser declarada a falência, se, não realizado o depósito do débito, a pessoa contra quem for requerida não provar a falsidade do título da obrigação, a nulidade da obrigação ou o pagamento da dívida, realizado posteriormente ao protesto e antes do requerimento de falência.

Considerando os enunciados acima, é correto afirmar que:

- a) V está correto; I, II, III e IV contêm erros;
- b) II, III e IV estão corretos; I e V contêm erros;
- c) I, III e V contêm erros; II e IV estão corretos;
- d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;
- e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;

88. Analise os enunciados abaixo:



I) É considerado falido o empresário, insolvente ou não, que, sem relevante razão de direito, não paga no vencimento obrigação líquida, constante de título que legitime a ação executiva;

II) Caracteriza-se a falência, se o empresário, insolvente, citado na execução promovida pelo credor, não paga e não deposita a importância objeto da execução, embora tenha nomeado bens à penhora, dentro do prazo legal;

III) Caracteriza-se a falência, se o empresário procede à liquidação precipitada, ou lança mão de meios ruinosos ou fraudulentos para realizar pagamentos;

IV) Caracteriza-se a falência, se o empresário transfere a terceiro o seu estabelecimento, sem o consentimento de todos os credores;

V) Caracteriza ato de falência tentar o empresário dar garantia real a algum credor sem ficar com bens livres e desembaraçados equivalentes às suas dívidas, desde que tal tentativa seja revelada por atos inequívocos.

Sobre os enunciados acima, é correto afirmar que:

a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;

b) I, III e V estão corretos; II e IV contêm erros;

c) I, III e V contêm erros; II e IV estão corretos;

d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;

e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;

89. Analise os enunciados adiante, que tratam da alienação fiduciária em garantia de coisa móvel:

I) O alienante transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, desde que haja efetiva tradição do bem, tornando-se o alienante possuidor direto e depositário com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal.

II) O contrato de alienação fiduciária em garantia, necessariamente escrito, registrado ou não no cartório de títulos e documentos, vale, por expressa disposição legal, contra terceiros.

III) O contrato de alienação fiduciária em garantia pode ter por objeto bem que já integrava o patrimônio do devedor. Se, na data do instrumento de alienação fiduciária, o devedor ainda não for proprietário da coisa objeto do contrato, o domínio fiduciário desta se transferirá ao credor no momento da aquisição da propriedade pelo devedor, independentemente de qualquer formalidade posterior.

IV) Por ter o credor o domínio resolúvel da coisa, é válida a cláusula, estipulada no contrato de alienação fiduciária em garantia, que autoriza o proprietário fiduciário a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no seu vencimento.

V) A mora do devedor decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada expedida por intermédio de cartório de títulos e documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor.

Sobre os enunciados acima é correto afirmar que:

a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;

b) II, III e IV estão corretos; I e V contêm erros;

c) I, III e V estão corretos; II e IV contêm erros;

d) III e V estão corretos; I, II e IV contêm erros;

e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;

90. Analise os enunciados adiante:

I) As instituições financeiras não podem requerer concordata;

II) Decretada a liquidação extrajudicial de instituição financeira, ocorre a suspensão da prescrição relativa a obrigações de responsabilidade da instituição.



Decretada a falência de instituição não-financeira, ocorre a interrupção da prescrição relativa a obrigações de responsabilidade da devedora.

III) Se a instituição financeira não estiver sob liquidação extrajudicial ou sob intervenção decretada pelo Banco Central, ela poderá, nas mesmas condições previstas para os demais exercentes de atividade mercantil, ter a sua falência decretada judicialmente;

IV) O liquidante da instituição financeira em liquidação extrajudicial, independentemente de qualquer autorização, poderá requerer a falência da instituição, quando o seu ativo não for suficiente para cobrir pelo menos a metade do valor dos créditos quirografários, ou quando houver fundados indícios de crimes falimentares.

V) Salvo quando requerida exclusivamente pelo liquidante, assim autorizado pelo Banco Central, não se pode decretar a falência da instituição financeira que esteja em procedimento de liquidação extrajudicial;

Sobre os enunciados acima é correto afirmar que:

- a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;
- b) I, III e V estão corretos; II e IV contêm erros;
- c) I, III e V contêm erros; II e IV estão corretos;
- d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;
- e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;

91. Analise os enunciados adiante:

I) Por contrato escrito, que será válido entre as partes ainda que não registrado em cartório ou órgão público, o franqueador pode ceder ao franqueado, por um certo tempo, o direito de uso de marca ou patente, associado ao direito de distribuição exclusiva ou semi-exclusiva de produtos ou serviços, mediante remuneração direta ou indireta;

II) Descumprindo o franqueador a obrigação legal de, no mínimo 30 dias antes da assinatura do contrato ou pré-contrato de franquia, entregar, ao candidato a franqueado, a circular de oferta de franquia, o franqueado poderá arguir a anulabilidade do contrato.

III) Por se tratar de contrato atípico, a faturização rege-se pelas normas da cessão de crédito e comissão.

IV) Na faturização, ocorrem, entre outros, os seguintes efeitos jurídicos: cessão de crédito, a título oneroso, feita pelo faturizado ao faturizador, e, ainda, sub-rogação do faturizador nos direitos do faturizado.

V) O faturizador não assume o risco sobre o recebimento das contas do faturizado. O faturizador tem direito de ação contra o faturizado se o débito cedido contiver vício que o invalide.

Sobre os enunciados acima é correto afirmar que:

- a) I, III e IV estão corretos; II e V contêm erros;
- b) II, III e IV estão corretos; I e V contêm erros;
- c) I, III e V contêm erros; II e IV estão corretos;
- d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;
- e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;

92. Analise os enunciados adiante:

I) É nulo o endosso parcial. O cheque pode ser endossado pelo sacado. O pagamento do cheque pode ser garantido, total ou parcialmente, por aval, dado pelo sacado.

II) Quem for demandado por obrigação resultante de cheque não pode opor ao portador exceções fundadas em relações pessoais com o emitente, ou com os portadores anteriores, salvo se o portador o adquiriu conscientemente em detrimento do devedor;



III) O pagamento do cheque é garantido pelo endossante. Pode o endossante, no entanto, proibir novo endosso; todavia, nesse caso, o endossante não garante o pagamento a quem o cheque for posteriormente endossado.

IV) O avalista se obriga da mesma maneira que o avalizado. Subsiste sua obrigação, ainda que nula a obrigação por ele garantida, salvo se a nulidade resultar de vício de forma.

V) Desapossado alguém de um cheque, ainda que em virtude de furto, o novo portador legitimado não está obrigado a restituí-lo, se não o adquiriu de má-fé.

Sobre os enunciados acima é correto afirmar que:

a) I e III estão corretos; II, IV e V contêm erros;

b) II, III e IV estão corretos; I e V contêm erros;

c) I e III contêm erros; II, IV e V estão corretos;

d) III e IV estão corretos; I, II e V contêm erros;

e) II e IV estão corretos; I, III e V contêm erros;

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

93. Assinale a alternativa correta.

O Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS, órgão superior de deliberação colegiada, tem como membros:

a) três representantes do Governo Federal e seis representantes da sociedade civil, sendo três representantes dos trabalhadores em atividade e três representantes dos empregadores.

b) seis representantes do Governo Federal e nove representantes da sociedade civil, sendo três representantes dos aposentados e pensionistas, três representantes dos trabalhadores em atividade e três representantes dos empregadores.

c) dez representantes do Governo Federal e nove representantes da sociedade civil, sendo três representantes dos aposentados e pensionistas, três representantes dos trabalhadores em atividade e três representantes dos empregadores.

d) seis representantes do Governo Federal e seis representantes da sociedade civil, sendo dois representantes dos aposentados e pensionistas, dois representantes dos trabalhadores em atividade e dois representantes dos empregadores.

e) seis representantes do Governo Federal e três representantes da sociedade civil, sendo um representante dos aposentados e pensionistas, um representante dos trabalhadores em atividade e um representante dos empregadores.

94. Assinalar a alternativa correta.

Segundo o Regime Geral de Previdência Social, ocorrendo a morte do segurado aposentado que possui esposa e filhos, é correto afirmar que:

a) o valor da pensão por morte corresponderá a 100% (cem por cento) do valor da aposentadoria e será rateado entre todos os dependentes em partes iguais.

b) o valor da pensão por morte corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor da aposentadoria e será rateado entre a esposa e filhos menores, cabendo 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício à primeira e o restante rateado em partes iguais entre os filhos.

c) o valor da pensão por morte corresponderá a 70% (setenta por cento) do valor da aposentadoria e será rateado entre todos os dependentes em partes iguais.

d) o valor da pensão por morte corresponderá a 90% (noventa por cento) do valor da aposentadoria e será rateado entre todos os dependentes em partes



iguais.

e) o valor da pensão por morte corresponderá a 70% (setenta por cento) do valor da aposentadoria e será rateado entre a esposa e filhos menores, cabendo 50% (cinquenta por cento) do valor do benefício à primeira e o restante rateado em partes iguais entre os filhos.

95. Assinalar a alternativa correta.

A concessão de aposentadoria por invalidez dependerá da verificação da condição de incapacidade mediante exame médico-pericial a cargo da Previdência Social. Uma vez concedida, quando o aposentado por invalidez recupera a capacidade de trabalho, o benefício da aposentadoria para o empregado cessa:

a) de imediato, quando o empregado tiver direito a retornar à função que desempenhava na empresa, exceto se a recuperação ocorrer dentro de 5 (cinco) anos, contados da data do início da aposentadoria ou do auxílio-doença que a antecedeu sem interrupção.

b) após 18 meses, quando a recuperação for parcial, sendo devida pelo valor integral durante os 6 (seis) primeiros meses, contados da data em que for verificada a recuperação da capacidade; com redução de 50% (cinquenta por cento) no período seguinte de 6 (seis) meses; e, com redução de 75% (setenta e cinco por cento) nos últimos seis meses, ao término do qual cessará definitivamente.

c) após tantos meses quanto forem os anos de duração do auxílio-doença ou da aposentadoria por invalidez.

d) de imediato, mas o empregado que tiver direito a retornar à função terá garantido o emprego e o salário pelo período de 12 (doze) meses, independentemente da causa da aposentadoria.

e) de imediato, ainda que a recuperação seja parcial, desde que o empregado possa retornar ao emprego e desempenhar função para a qual tenha sido readaptado.

96. Assinalar a alternativa correta

Ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas estabelecidas para o Regime Geral de Previdência Social, o segurado que se tenha filiado ao regime geral de previdência social até 16.12.2000, data da publicação da Emenda Constitucional nº 20, terá direito à aposentadoria se atender aos seguintes requisitos:

a) contar com 53 (cinquenta e três) anos de idade, se homem, e 48 (quarenta e oito) anos de idade, se mulher, devendo, ainda, contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher, mais um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data da publicação da referida Emenda, faltaria para atingir esses limites de tempo.

b) contar com 55 (cinquenta e cinco) anos de idade, se homem, e 50 (cinquenta) anos de idade, se mulher, devendo, ainda, contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher.

c) contar com 54 (cinquenta e quatro) anos de idade, se homem, e 49 (quarenta e nove) anos de idade, se mulher, devendo, ainda, contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher, mais um período adicional de contribuição equivalente a 20% (vinte por cento) do tempo que, na data da publicação da referida Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

d) contar com 50 (cinquenta) anos de idade, se homem, e 45 (quarenta e cinco) anos de idade, se mulher, devendo, ainda, contar tempo de



contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher.

e) contar com 51 (cinquenta e um) anos de idade, se homem, e 46 (quarenta e seis) anos de idade, se mulher, devendo, ainda, contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de 35 (trinta e cinco) anos, se homem, e 30 (trinta) anos, se mulher.

97. O salário-maternidade é devido à segurada da Previdência Social, durante cento e vinte dias, com início entre vinte e oito dias antes do parto e a data de ocorrência deste. Assim, assinale a alternativa correta:

a) o salário-maternidade para a segurada empregada ou trabalhadora avulsa consistirá numa renda mensal igual a sua remuneração, respeitado o limite máximo do salário-de-contribuição.

b) o salário-maternidade para a segurada empregada doméstica corresponderá sempre ao valor do salário mínimo legal.

c) para as seguradas contribuintes individuais o salário-maternidade corresponderá à média dos dez últimos salários-de-contribuição, apurados em período não superior a quinze meses.

d) o salário-maternidade é devido à segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade, de 90 (noventa) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 3 (três) anos de idade, 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 3 (três) e 5 (cinco) anos de idade e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 5 (cinco) a 8 (oito) anos de idade.

e) o salário-maternidade é devido à segurada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, se a criança tiver até 1 (um) ano de idade, de 60 (sessenta) dias, se a criança tiver entre 1 (um) e 4 (quatro) anos de idade, e de 30 (trinta) dias, se a criança tiver de 4 (quatro) a 8 (oito) anos de idade.

98. São segurados obrigatórios do Regime Geral da Previdência Social, as seguintes pessoas físicas:

I- como empregado, aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado;

II- como empregado, o servidor público ocupante de cargo em comissão, sem vínculo efetivo com a União, Autarquias, inclusive em regime especial, e Fundações Públicas Federais;

III- como contribuinte individual, o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;

IV- como contribuinte individual, o brasileiro civil que trabalha para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros ou internacionais dos quais o Brasil seja membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente no país do domicílio;

V- como trabalhador avulso, quem presta serviço de natureza urbana ou rural, em caráter eventual, a uma ou mais empresas, sem relação de emprego.

Analise as proposições acima e assinale a alternativa correta:

a) São corretas as proposições I e V.

b) São corretas as proposições I, II e V.

c) São corretas as proposições II, III e IV.

d) São corretas as proposições I e II.

e) São corretas as proposições I, II e IV.



99. A contribuição a cargo da empresa, destinada à Seguridade Social, além de outras previstas pela legislação, é de:

a) excetuando a agroindústria e bancos comerciais e de investimentos, vinte por cento sobre o total das remunerações pagas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados, aos trabalhadores avulsos e aos contribuintes individuais que lhes prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho.

b) excetuando as microempresas, vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho, incluídas também as cooperativas de trabalho, relativamente aos serviços que, por intermédio destas, lhe são prestados por cooperados.

c) excetuando as microempresas, empresas de pequeno porte, a agroindústria e a associação desportiva que mantém equipe de futebol profissional, vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho.

d) sem exceção a qualquer tipo de empresa, pois a Seguridade Social deve ser financiada por toda a sociedade, vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho.

e) excetuando as microempresas, empresas de pequeno porte, a agroindústria e a associação desportiva que mantém equipes profissionais de futebol, voleibol e basquetebol, vinte por cento sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês, aos segurados empregados e trabalhadores avulsos que lhes prestem serviços, destinadas a retribuir o trabalho.

100. Quanto ao salário-de-contribuição, é correto afirmar que:

I. o salário-maternidade, porque é pago diretamente pela Previdência Social, não é considerado salário-de-contribuição.

II. as diárias para viagens, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal, não integram o salário-de-contribuição.

III. as importâncias recebidas a título de férias e respectivo adicional, inclusive o abono pecuniário previsto pela CLT, integram o salário-de-contribuição.

IV. os valores recebidos pelo empregado em decorrência da cessão de direitos autorais, não integram o salário-de-contribuição.

V. a importância paga ao empregado a título de complementação ao valor do auxílio-doença, cujo direito é extensivo à totalidade dos empregados da empresa, integra o salário-de-contribuição.

Analise as proposições acima e assinale a alternativa correta:

- a) São corretas as proposições I, II e III.
- b) São corretas as proposições I, II e V.
- c) São corretas as proposições II, III e IV.
- d) São corretas as proposições IV e V.
- e) São corretas as proposições II e IV

COMUNICADO

A BANCA EXAMINADORA DA PROVA DE CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO DO XVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO decidiu, em face de impugnações apresentadas por candidatos, ANULAR as questões de n.ºs 52 (cinquenta e dois) e 55 (cinquenta e cinco), conferindo os respectivos pontos a todos os candidatos.

1ª ETAPA

01 - E	11 - E	21 - E	31 - E	41 - D
02 - D	12 - E	22 - D	32 - D	42 - E
03 - E	13 - D	23 - C	33 - C	43 - E
04 - E	14 - D	24 - A	34 - B	44 - A
05 - B	15 - E	25 - E	35 - B	45 - D
06 - C	16 - E	26 - D	36 - B	46 - A
07 - B	17 - A	27 - B	37 - E	47 - E
08 - E	18 - E	28 - E	38 - B	48 - C
09 - E	19 - D	29 - C	39 - E	49 - C
10 - D	20 - A	30 - B	40 - E	50 - C

2ª ETAPA

51 - A	61 - B	71 - E	81 - E	91 - A
52 - ANULADA	62 - C	72 - B	82 - B	92 - C
53 - B	63 - D	73 - D	83 - C	93 - B
54 - C	64 - D	74 - D	84 - E	94 - A
55 - ANULADA	65 - D	75 - A	85 - E	95 - B
56 - E	66 - A	76 - E	86 - C	96 - A
57 - D	67 - E	77 - E	87 - A	97 - E
58 - A	68 - C	78 - D	88 - B	98 - D
59 - E	69 - D	79 - E	89 - D	99 - C
60 - D	70 - E	80 - B	90 - B	100 - E

Campinas, 14 de outubro de 2003.
(a) Juíza Olga Aída Joaquim Gomieri
Presidente da Banca Examinadora

**XVIII CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DO TRT DA 15ª
REGIÃO.**

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.

1- FONTES DO DIREITO DO TRABALHO. HIERARQUIA. NORMA MAIS FAVORÁVEL. ANTINOMIAS: a) NORMA INTERNACIONAL (TRATADO E DIREITO COMUNITÁRIO) x NORMA CONSTITUCIONAL; b) NORMA GERAL x NORMA ESPECÍFICA; c) LEI POSTERIOR x LEI ANTERIOR; d) ASPECTOS PRÁTICOS: d.1. CONVENÇÃO COLETIVA x ACORDO COLETIVO; d.2. FÉRIAS DO EMPREGADO DOMÉSTICO (LEI ESPECÍFICA x CLT x CONVENÇÃO 132 DA OIT).

2- SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO FRENTE AO CANCELAMENTO DO ENUNCIADO 310 DO TST: LEGITIMIDADE (SINDICATO E MINISTÉRIO PÚBLICO); LIMITES OBJETIVOS E SUBJETIVOS DA COISA JULGADA; LITISPENDÊNCIA; TRANSAÇÃO E DESISTÊNCIA DO SUBSTITUÍDO.

3- EM FRAUDE DE EXECUÇÃO, A DEVEDORA ALIENA A TOTALIDADE DE SEUS BENS PARA OUTRA EMPRESA, EM RELAÇÃO A QUAL VEM A SER DECRETADA A FALÊNCIA. PERGUNTA-SE:

a) QUEM RESPONDE PELA QUITAÇÃO DO DÉBITO?

b) É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DA TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA COM RELAÇÃO ÀS DUAS EMPRESAS?

4- TRABALHO RURAL: CARACTERIZAÇÃO DO EMPREGADOR. CONSÓRCIO DE EMPREGADORES RURAIS. TERCEIRIZAÇÃO. VIOLAÇÃO DO INTERVALO INTRAJORNADA DO EMPREGADO RURAL.

5- QUAIS AS CONSEQÜÊNCIAS DA ANULAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO POR ATO ADMINISTRATIVO, QUE GERA A CESSAÇÃO DOS CONTRATOS DE TRABALHO? HÁ DIFERENÇA SE OS CONTRATOS PERDURARAM POR 03 (TRÊS) ANOS OU MAIS?

AVALIE A MESMA SITUAÇÃO NO CASO DA NULIDADE SER DECLARADA POR ATO JUDICIAL.

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª. REGIÃO
XVIII CONCURSO DE INGRESSO NA MAGISTRATURA
PROVA PRÁTICA – ELABORAÇÃO DE SENTENÇA**

INSTRUÇÕES E OBSERVAÇÕES GERAIS

1. Não abra o caderno de prova antes de receber autorização para fazê-lo.
2. Aberto o caderno de provas, atente o candidato para a conferência das folhas, que estão devidamente numeradas até 10. Em caso de falta de qualquer folha, imediatamente o candidato deverá comunicar ao Juiz responsável pela sala.
3. Eventual rascunho não será considerado para atribuição de nota. Caso deseje se valer de rascunho, este poderá ser lançado no caderno de respostas.
4. É vedada a utilização de legislação comentada ou anotada, facultando-se, no entanto, a consulta a Súmulas, Enunciados, Orientações Jurisprudenciais, Precedentes Normativos e legislação com notas remissivas. Em nenhuma hipótese poderá o candidato valer-se de material de outrem.
5. A prova consiste num resumo de um hipotético processo trabalhista, dele constando todos os elementos necessários à resolução e suficientes para a solução pretendida pela Banca Examinadora.
6. É dispensado o cabeçalho da ata de audiência de publicação da sentença.
7. A sentença a ser elaborada deve conter todos os requisitos legais, podendo o relatório ser sucinto.
8. Não é permitida a utilização de quaisquer tipos de corretivos e, na hipótese de erro, o candidato deverá valer-se da palavra “digo”, não podendo em qualquer circunstância riscar o texto errado.
9. O prazo de quatro horas para a elaboração da prova em hipótese alguma será prorrogado, sendo que o candidato somente poderá retirar-se da sala após a segunda hora do início da prova, circunstância na qual poderá levar o seu caderno de questões.
10. Nenhum esclarecimento será prestado pela Banca Examinadora antes, durante ou após a prova.

INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS

1. Os documentos acostados aos autos encontram-se regulares, atendendo à legislação pertinente.
2. O candidato deverá considerar regular a representação das partes.

BOA SORTE !

HISTÓRICO DE UM HIPOTÉTICO PROCESSO TRABALHISTA

I. Reclamantes

O 1º. reclamante chama-se Júlio Gomes e exercia as funções de tratorista, sendo admitido em 1.2.1985. A 2ª. reclamante chama-se Juliana Gomes e ativava-se em serviços gerais. Foi admitida em 20.12.1985. Os reclamantes são pai e filha.

II. Reclamados

Companhia Agroindustrial Dois Pinheiros – 1ª. reclamada;
Jair Gomes – 2º. reclamado (e também filho do 1º reclamante);
Mauro Pinheiro – 3º. Reclamado (sócio da 1ª. reclamada).

III. Data da propositura da Reclamação

10.11.2003 (segunda-feira) na Vara do Trabalho de Rio Vermelho.

IV. Histórico das Peças Processuais

1. Petição Inicial:

1º. Reclamante

Júlio Gomes alegou que foi admitido pela Companhia Agroindustrial Dois Pinheiros - 1ª. reclamada, nas funções de tratorista, em 1.2.1985, laborando de segunda a sábado, das 7h00min às 17h30min com 30 minutos de intervalo para refeição e descanso.

No período da safra da cana-de-açúcar prorrogava a sua jornada diária até às 23h30min e, nessas ocasiões, usufruía outro intervalo de 30 minutos para o jantar.

Em face de a reclamada dispor de bombas de combustível para os seus veículos, o próprio reclamante era quem abastecia o trator diariamente.

O labor se desenvolvia sob um sol extenuante com temperaturas alcançando quase 40°C durante o início da tarde.

O barulho do trator conduzido pelo reclamante era insuportável para o ser humano de padrão médio, sendo que não era fornecido protetor auricular ou qualquer outro equipamento de proteção individual.

No dia 13.1.2003, durante o horário de intervalo para refeição, o reclamante resolveu apanhar uma jaca, quando então caiu da árvore, vindo a sofrer uma fratura no pé direito, e ficando impossibilitado de exercer suas atividades profissionais por 30 dias. Não obstante tais fatos tenham sido presenciados pelo gerente da 1ª. reclamada, o acidente não foi comunicado ao Órgão Previdenciário. Nada recebeu durante esse período.

Retornou ao trabalho, após o interregno de afastamento, tendo laborado até o dia 30.7.2003, quando deixou o serviço por se sentir moralmente ofendido, em

razão das investidas do fiscal de campo, Antenor Pereira, que insistia em convidar a sua filha para fazer um programa sexual.

O 2º. Reclamado - Jair Gomes atuava como empreiteiro de mão de obra durante as safras de cana de açúcar.

O reclamante somente gozou férias nos dois primeiros anos de trabalho (1985 e 1986).

Quando da contratação, o reclamante passou a residir graciosamente na propriedade da 1ª reclamada, permanecendo na mesma condição durante todo o período em que perdurou o vínculo de emprego.

Embora tenha pleiteado a rescisão indireta do contrato de trabalho, o autor permanece residindo na propriedade. No entanto, decorridos 20 dias do seu pedido de rescisão indireta, nada recebeu a título de verbas rescisórias, além de ter sido surpreendido com o corte do fornecimento de energia elétrica em sua residência, por exclusiva iniciativa da 1ª reclamada.

Alegou, ainda, que faz jus à multa de 40% do FGTS, cujo valor deverá considerar os expurgos inflacionários reconhecidos pela Lei Complementar nº 110/2001.

Percebia salário mensal de R\$ 600,00.

Pleiteou as seguintes verbas:

1. Deferimento de antecipação de tutela para a imediata religação da energia elétrica;
2. Reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho com fundamento no artigo 483, letras *d e e*, da CLT;
3. Horas extras e reflexos sobre aviso prévio, 13º salários, 13º salário proporcional, férias vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3, FGTS mais a multa de 40%, descansos semanais remunerados e indenização por tempo de serviço;
4. Adicional de periculosidade incidente sobre a remuneração percebida, incluso o adicional de insalubridade com os reflexos nas verbas salariais, inclusive nos descansos semanais remunerados;
5. Adicional de insalubridade em grau máximo sobre a remuneração mensal com os reflexos nas verbas salariais, inclusive nos descansos semanais remunerados;
6. Incorporação dos adicionais de insalubridade e periculosidade sobre a base de cálculo das horas extras;
7. Horas de intervalo para repouso não usufruídas e reflexos;
8. Danos materiais e morais, decorrentes do assédio sexual sofrido pela sua filha - 2ª reclamante e, também, em razão dos prejuízos causados com o desligamento da energia elétrica, a ser arbitrado pelo MM. Juízo;
9. Indenização pelo período de estabilidade provisória, equivalente aos salários, 13º salários; férias acrescidas de 1/3, FGTS e multa de 40%;
10. Adicional noturno com os reflexos legais;
11. Salário *in natura* pela habitação fornecida;
12. Verbas rescisórias: saldo salarial de 30 dias, aviso prévio, 13º salário proporcional, férias vencidas em dobro, simples e proporcional acrescidas de 1/3, FGTS e multa de 40%, indenização por tempo de serviço, multas dos arts. 477, § 8º. e 467, da CLT;
13. Diferenças da multa de 40% do FGTS pelo acréscimo dos expurgos inflacionários;
14. Seguro-desemprego com liberação das guias ou, alternativamente, indenização equivalente, nos termos do art. 186 do Código Civil;

15. Correção monetária, juros e honorários advocatícios, na forma dos arts. 389 e 406 do Código Civil.

2ª. Reclamante

Juliana Gomes foi admitida pelos reclamados em 20.12.1995 quando contava com 11 anos de idade, ativando-se em serviços gerais, na sede e na propriedade rural, ajudando no preparo de refeições para os fiscais e gerentes da mesma. Não foi registrada, tampouco teve a sua carteira de trabalho anotada.

Laborava das 5h30min às 17h30min, durante toda a semana sem descanso semanal remunerado, gozando de uma hora de intervalo para almoço e café, sendo que no horário das 5h30min às 6h30 min fazia a ordenha de vacas.

Recebia graciosamente café da manhã, almoço e jantar.

De parte do leite ordenhado das vacas era feito queijo para comercialização, sendo que os frutos dessa venda revertiam à própria autora.

Com o desligamento da energia elétrica pela 1ª. reclamada, houve perda da produção do queijo.

Vinha sendo reiteradamente assediada pelo Sr. Antenor Pereira, fiscal de campo, culminando em 30.7.2003 com uma investida por parte desse último, quando descaradamente convidou-a para fazer um "programinha", insinuando que caso não aceitasse poderia "complicar a sua vida na fazenda". Assustada com a ocorrência dos fatos, a 2ª. reclamante imediatamente procurou o seu pai e 1º. reclamante, relatando o ocorrido. Não tendo sido tomada qualquer providência por parte dos reclamados, considerou o seu contrato de trabalho rescindido naquela data.

Jamais gozou férias, tampouco recebeu 13º. salários.

Alegou, ainda, que faz jus à multa de 40% do FGTS, cujo valor deverá considerar os expurgos inflacionários reconhecidos pela Lei Complementar nº 110/2001.

Percebia um salário mínimo por mês.

Pleiteou as seguintes verbas:

1. Reconhecimento de vínculo de emprego no período de 20.12.1995 a 30.7.2003, com a respectiva anotação na sua CTPS;
2. Reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho com fundamento no artigo 483, letras *d e e*, da Consolidação das Leis do Trabalho;
3. Horas extras e reflexos sobre aviso prévio, 13º salários, 13º salário proporcional, férias vencidas e proporcionais acrescidas de 1/3, FGTS mais a multa de 40% e indenização por tempo de serviço;
4. Descansos semanais remunerados de todo o período trabalhado com reflexos nas horas extras;
5. Reflexos do salário *in natura* pela alimentação fornecida no aviso prévio, 13º salário proporcional, férias vencidas em dobro, simples e proporcional acrescidas de 1/3, FGTS e multa de 40%, indenização por tempo de serviço, multa do art. 477, § 8º, da CLT;
6. Verbas rescisórias: saldo salarial, aviso prévio, 13º salário proporcional, férias vencidas em dobro, simples e proporcional acrescidas de 1/3, FGTS e multa de 40%, indenização por tempo de serviço, multas do arts. 467 e 477, § 8º, da CLT;
7. Cadastramento no PIS;

8. Dano material e moral, em virtude dos prejuízos causados pela perda da produção de queijo, bem como pelo assédio sexual sofrido, no importe de 500 salários mínimos;
9. Diferenças da multa de 40% do FGTS pelo acréscimo dos expurgos inflacionários;
10. Seguro desemprego com liberação das guias ou, alternativamente, indenização equivalente, nos termos do art. 186 do Código Civil;
11. Correção monetária, juros e honorários advocatícios, na forma dos arts. 389 e 406, do Código Civil.

Foi postulada a condenação solidária dos reclamados. Foi atribuído à causa o valor conjunto de R\$ 40.000,00.

2. Quanto ao pedido de antecipação de tutela, o MM. Juiz resolveu remeter a apreciação por ocasião da sentença.

3. Regularmente citados compareceram os reclamados à primeira audiência, ocasião em que apresentaram contestações.

4. Defesa da 1ª reclamada – Agroindustrial Dois Pinheiros e do 3º reclamado - Mauro Pinheiro foi apresentada em conjunto, nos seguintes termos:

4.1 Preliminares

- a. Incompetência em razão da matéria para apreciação do pedido de religação da energia elétrica da residência, ocupada na propriedade rural, sob fundamento de que não se trata de matéria trabalhista;
- b. Incompetência em razão da matéria para apreciação dos pedidos de danos morais e materiais, sob alegação de que também não se trata de matéria trabalhista;
- c. Ilegitimidade ativa do 1º reclamante (Júlio Gomes) para postular, em nome próprio, indenização por dano moral pelo suposto assédio sofrido pela sua filha, e também por haver duplicidade de pedido, haja vista que a sua filha (2ª reclamante) já o formulou, devendo ser declarada a inépcia do pedido;
- d. Ilegitimidade passiva dos reclamados - Companhia Agroindustrial Dois Pinheiros e Mauro Pinheiro para responder pelo pagamento dos expurgos inflacionários incidentes sobre a multa fundiária de 40%, sob o argumento de que a lesão foi causada pelo Órgão gestor do FGTS e não pelo empregador;
- e. Ilegitimidade passiva do 3º reclamado (Mauro Pinheiro), pelo fato de que jamais foi empregador dos reclamantes.

4.2 Prejudicial de mérito

- a. Arguiu a prescrição quinquenal, com base na Emenda Constitucional nº 28/2000;

4.3. Mérito

No que se refere ao 1º Reclamante (Júlio Gomes), os reclamados sustentaram:

Que o 1º reclamante foi contratado como tratorista, na data indicada na inicial, pela pessoa jurídica (1ª. Reclamada);

Que o mesmo não teria comunicado a rescisão indireta do contrato de trabalho, alegando ter ocorrido, na realidade, cessação dos serviços por culpa exclusiva do autor, o que configura a justa causa por faltas injustificadas, na forma do art. 482, letra e, da CLT, sendo indevidas as verbas rescisórias, inclusive o pedido relativo ao seguro desemprego;

Que a energia elétrica era objeto de cobrança e, portanto, não constituiu salário utilidade, sendo válido o desligamento da energia da residência, tendo em vista a ausência de prestação de serviços, por exclusiva culpa do autor;

Que o simples desligamento da energia elétrica não causa ofensa à honra ou à moral do reclamante, sendo indevida qualquer pretensão nesse sentido;

Que o suposto dano moral por assédio à 2ª. Reclamante traduz pretensão fundada em fato inexistente. E, ainda que assim não fosse, o pedido deve ser rejeitado, na medida em que a suposta lesão teria cunho personalíssimo, não podendo alcançar terceiros;

Que não houve prestação de serviços noturnos ou extraordinários, bem como redução do intervalo para refeição e repouso, que era de uma hora;

Que não se aplica ao rurícola a norma do artigo 71, § 4º, do Estatuto Obreiro;

Que o trabalho era prestado em condições salubres com fornecimento dos necessários EPIs, não fazendo jus aos adicionais de insalubridade, tampouco de periculosidade;

Que o trator com que trabalhava o 1º reclamante não era por ele abastecido, pois havia frentista para a função de abastecimento de veículos;

Que o adicional de insalubridade tem por base de cálculo o salário mínimo legal, sendo impossível a percepção cumulativa dos adicionais. Pede a declaração de inépcia do pedido, por falta da necessária opção na inicial;

Que havia proibição para a coleta de frutos no pomar e que durante o intervalo o 1º reclamante não estava à disposição da empresa, mesmo porque residia na propriedade;

Que o fato não pode ser qualificado como acidente do trabalho, sendo indevida qualquer postulação a título de indenização acidentária;

Que efetuou o pagamento dos quinze primeiros dias de afastamento, e que houve retorno ao trabalho sem seqüelas, tendo o autor obtido alta médica;

Que o pedido de indenização por estabilidade provisória é incompatível com a pretensão de reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho;

Que é incabível a multa do art. 477, parágrafo § 8º, da CLT, pois não há verbas rescisórias a serem quitadas;

Que todas as férias foram quitadas, não havendo qualquer direito neste aspecto;

Que as diferenças da multa de 40% do FGTS decorrentes dos expurgos inflacionários, se ultrapassada a preliminar de ilegitimidade de parte, o que se admite a título de mero argumento, são indevidas, em razão da justa causa;

Que não foram comprovados pelo autor os depósitos na conta vinculada, tampouco a opção pela Lei Complementar nº 110/01;

Que não há se falar no pagamento de juros e correção monetária, na medida em que não existem verbas devidas;

Que os honorários advocatícios são indevidos, eis que ausentes os requisitos legais.

Quanto à 2ª. Reclamante (Juliana Gomes), os reclamados sustentaram:

Que não havia vínculo empregatício entre as partes, pois a autora se limitava a efetuar faxina na sede da propriedade, de forma eventual, de 4 a 6 vezes por mês, recebendo o pagamento por diária;

Que o trabalho na roça era desenvolvido pela família em área cedida pela fazenda, sem proveito ou ingerência dos reclamados;

Que a ordenha era feita em 4 vacas para consumo próprio da família dos reclamantes;

Que o leite e o queijo produzido não tinham caráter salarial, pois o queijo era produzido por sua livre e espontânea vontade;

Por cautela, e apenas a título de argumentação, pede seja declarada a impossibilidade de reconhecimento do vínculo empregatício, desde 20.12.1995, pois a autora contava com apenas 11 anos de idade na ocasião, o que tornaria nulo o pretense contrato de trabalho;

Que não ocorreram os fatos relacionados ao assédio sexual, esclarecendo que do suposto ocorrido jamais tiveram qualquer conhecimento, assim como entendem exagerado o valor indicado para a suposta reparação, que fica desde já impugnado;

Que a autora é mulher experiente e que, embora solteira já conta com dois filhos e, portanto, os fatos narrados, ainda que verdadeiros, não seriam capazes de assustar a mesma ou justificar o pagamento de indenização por assédio;

Que os danos materiais pelos prejuízos causados pela perda dos queijos não foram especificados na vestibular, cuja inépcia requerem seja decretada, no particular.

Que são indevidas todas as verbas postuladas, na medida em que não se verificou o vínculo de emprego;

Que não cabe a aplicação das multas dos arts. 467 e 477, § 8º, da CLT, frente à controvérsia quanto à existência da relação de emprego;

Finalmente, que é juridicamente impossível a cumulação de pedidos de reconhecimento de vínculo de emprego com a de declaração da rescisão indireta do contrato de trabalho, pois as pretensões são incompatíveis;

Que não há se falar no pagamento de juros e correção monetária, na medida em que não existem verbas devidas;

Que são indevidos honorários advocatícios, eis que ausentes os requisitos legais.

A final foi requerido o acolhimento das preliminares e, se superadas, a improcedência das reclamações, protestando pela produção de todas as provas admitidas em direito.

5. Defesa do 2º. Reclamado – Jair Gomes

O 2º reclamado apresentou defesa oral, nos seguintes termos:

“Que não sabe o que veio fazer perante a Justiça;
Que trabalha como empreiteiro de mão de obra;
Que prestou alguns serviços para a 1ª Reclamada com a sua turma;
Que o seu pai e a sua irmã jamais trabalharam sob as suas ordens ou fizeram parte da sua turma;
Que nega qualquer responsabilidade.”

V. Das Provas Ofertadas

1. Documentos:

1.1 O reclamante Júlio Gomes juntou:

- a. procuração;
- b. extratos da conta do FGTS, comprovando depósitos relativos aos expurgos inflacionários;
- c. atestado médico, demonstrando a fratura no pé e o afastamento por 30 dias;
- d. normas coletivas da categoria de todo o período. O adicional de horas extras era da ordem de 60% para o período de 1.9.2002 a 30.8.2003 e o último piso normativo da categoria foi fixado no valor de R\$ 500,00.

1.2 A reclamante Juliana Gomes juntou:

- a. procuração.

1.3 Os 1º e 3º Reclamados (Companhia Agroindustrial Dois Pinheiros e Mauro Pinheiro) juntaram procuração e preposição.

Quanto ao 1º. reclamante foram juntados os seguintes documentos:

- a. ficha de registro de empregado;
- b. recibos de férias vencidas de todo o período;
- c. recibo salarial referente aos 15 primeiros dias de afastamento, de 13 a 28.1.2003;
- d. fichas de entregas de EPIs – protetor auricular e botas, durante todo o período.

Com relação à 2ª. reclamante, nenhum documento foi carreado ao feito.

1.4 O 2º. reclamado Jair Gomes não apresentou qualquer documento e não produziu qualquer prova oral.

2. Prova Pericial:

Por determinação do MM. Juiz foi realizada prova pericial, cujo laudo veio aos autos, concluindo:

- 2.1 O 1º reclamante laborava como tratorista, sendo que o trator não possuía cabine ou cobertura;
- 2.2 Os EPIs fornecidos não neutralizavam o excesso de barulho, acima dos limites de tolerância, caracterizando insalubridade, em grau mínimo;

2.3 O 1º reclamante laborava a céu aberto, sendo que nos meses de primavera e verão, o perito concluiu que a carga solar excedia os limites de tolerância de exposição ao calor, na forma da lei. Neste particular, deixou a critério do MM. Juiz a definição quanto à existência de insalubridade;

2.4 No que se refere à periculosidade, o perito não encontrou elementos para apurar se o 1º reclamante abastecia ou não o trator.

3. Prova Oral:

3.1. Depoimento Pessoal do 1º Reclamante - Júlio Gomes:

Que trabalhava de segunda a sexta-feira, das 7h00 min às 17h00min com 30 minutos de intervalo para refeição e descanso;

Que no período da safra, estendia a sua jornada até às 23h00 min, com mais 30 minutos de intervalo para o jantar;

Que o depoente abastecia o trator, em média, uma vez por mês, quando ausente o frentista;

Que sabia da proibição de colher frutas no pomar, mas todos os empregados assim procediam, sem qualquer punição;

Que ouviu comentários que o fiscal Antenor Pereira vinha fazendo propostas indecorosas para sua filha;

Que sua filha é mãe solteira, mas muito honesta e que por tal motivo sentiu-se ofendido;

Que o gerente disse que não tomaria qualquer providência por se tratar de questões particulares entre empregados;

Que então avisou o gerente que deixaria de trabalhar, já que nenhuma providência seria tomada e que iria procurar os seus direitos;

Que vendeu todos os períodos de férias, à exceção dos dois primeiros anos;

Que não sabe porque seu filho consta da presente reclamatória como patrão, pois também trabalhava para a 1ª Reclamada;

Que nada recebeu a título de verbas rescisórias;

Que era descontado de seu pagamento a quantia equivalente a R\$ 2,00, a título de energia elétrica.

3.2 Depoimento Pessoal da 2ª reclamante - Juliana Gomes:

Que trabalhava na limpeza da casa dos patrões;

Que estando os patrões presentes, trabalhava todos os dias e, na ausência, três vezes por semana, fazendo faxina;

Que os patrões costumavam permanecer na fazenda no período de férias escolares;

Que além da faxina, a depoente ajudava diariamente na cozinha da propriedade, preparando e servindo refeições para os gerentes, fiscais, encarregados e o pessoal do escritório;

Que fazia a ordenha de seis vacas e o leite era usado para o consumo dos patrões quando lá estavam e o excedente era dado à depoente, que utilizava na fabricação de queijo;

Que quando os patrões não estavam, todo o leite era usado pela depoente para consumo próprio e para a fabricação e comercialização do queijo;

Que realizava a ordenha das vacas das 5h30min às 6h30min e, após iniciava a sua jornada às 7h00min, encerrando às 17h00min;

Que com o corte da energia elétrica em sua residência, a reclamante perdeu mais de 40 quilos de queijo que seria comercializado;

Que em diversas oportunidades, o fiscal Antenor Pereira insinuou-se para a depoente, até que em 30.7.2003, ameaçou despedi-la, caso continuasse a recusar seus convites para um "programinha";

Que a depoente contou o fato a seu pai, sendo que este procurou o gerente Manoel Ventura que nada fez, embora o fato tenha sido presenciado por empregados da 1ª reclamada;

Que este foi o motivo que ela e seu pai deixaram de trabalhar.

3.3 Depoimento Pessoal do preposto da 1ª Reclamada - Sr. Manoel Ventura

Que não sabe informar exatamente qual o horário que era cumprido pelo 1º reclamante, pois a 1ª reclamada possuía mais de 200 empregados;

Que, entretanto é habitual, no período de safra, trabalhar até mais tarde;

Que a 1ª reclamada não utilizava livro ou cartão de ponto, competindo a cada fiscal do setor, apontar e controlar a jornada de trabalho de seus subordinados;

Que o intervalo para alimentação e repouso era sempre de uma hora para todos os empregados;

Que havia um frentista para o abastecimento dos veículos da 1ª reclamada;

Que era proibida a colheita de frutas, mas esta norma não era rígida;

Que foi procurado pelos reclamantes que reclamaram das investidas do fiscal Antenor Pereira, mas que não chegou a tomar providências, pois o conhece de longa data, tratando-se de empregado de confiança, casado, honesto, religioso e não é dado a este tipo de procedimento;

Que a 2ª reclamante fazia faxina na sede e, às vezes, ajudava na cozinha;

Que como a 2ª reclamante residia na propriedade e tinha filhos menores, foi autorizada a retirar leite das vacas para consumo próprio.

3.4 Dispensados os depoimentos pessoais dos Srs. Mauro Pinheiro e Jair Gomes.

3.5 Depoimento da 1ª testemunha dos reclamantes - Sra. Maria da Silva:

Que a depoente trabalhou na 1ª reclamada no período de fevereiro de 1980 a setembro de 2003, exercendo as funções de cozinheira;

Que a 2ª. reclamante começou a ajudar a depoente na cozinha e no serviço de limpeza da casa da sede, por volta do Natal de 1995, trabalhando meio período;

Que a partir de 2001, a 2ª. reclamante passou a laborar em período integral, das 7h00min às 17h00min durante toda a semana;

Que sabe que a 2ª. reclamante também fazia a ordenha de vacas e que o leite era utilizado para a fabricação de queijo, o que ajudava na renda familiar dos reclamantes;

Que a depoente e a 2ª. reclamante usufruíam duas folgas mensais, aos domingos;

Que a 2ª reclamante trabalhava na casa ocupada pelos patrões, fazendo todo e qualquer serviço da casa, além de ajudar na cozinha, preparando as refeições para o pessoal da administração;

Que no final do mês de julho, presenciou o Sr. Antenor Pereira cercado a 2ª reclamante, ocasião em que ouviu qualquer coisa a respeito de um "programinha";

Que o Sr. Antenor Pereira abusava da sua condição de fiscal, ameaçando as empregadas de dispensa, caso recusassem seu convite;

Que a depoente viu diversas empregadas sendo assediadas pelo Sr. Antenor;
Que tem conhecimento de algumas colegas que foram despedidas, a pedido do Sr. Antenor Pereira, por recusar os apelos do mesmo.

3.6 Depoimento da 1ª testemunha dos 1º. e 3º. reclamados – Sr. Sebastião de Oliveira:

Que exerce as funções de fiscal, desde 1985;
Que o 1º reclamante sempre trabalhou como tratorista;
Que na safra o intervalo era de 30 minutos;
Que sempre havia um frentista para o abastecimento dos veículos da 1ª reclamada;
Que a safra da cana-de-açúcar tem início em maio, estendendo-se até o mês de novembro;
Que era costume dos empregados vender as férias;
Que o 1º. reclamante era muito encrenqueiro;
Que ele não obedecia as ordens da 1ª reclamada de somente colher frutas maduras;
Que todas as famílias que residiam na fazenda sofriam desconto de energia elétrica, no valor de R\$ 2,00;
Que o fiscal Sr. Antenor Pereira foi vítima de uma grande calúnia;
Que conhece o Sr. Antenor há mais de 30 anos, podendo afirmar que se trata de homem sério e trabalhador;
Que sabe que o Sr. Antenor fazia algumas brincadeiras sem qualquer maldade com as empregadas;
Que o Sr. Antenor tinha um carinho especial pela 2ª reclamante – Juliana;
Que embora os fiscais tenham o poder para demitir empregados, desconhece tenha o Sr. Antenor se aproveitado disso para obter vantagem pessoal;
Que ao que consta a 2ª reclamante era muito assanhada e gostava de provocar seus superiores;
Que o 1º reclamante ao não ser atendido pelo gerente quanto à sua solicitação de punição ao Sr. Antenor, simplesmente deixou de trabalhar.

3.7 Os 1º. e 3º reclamados dispensaram a oitiva de outras testemunhas.

3.8 A instrução foi encerrada sem outras provas, sendo que as partes apresentaram razões finais remissivas.

3.9 As tentativas de conciliação foram rejeitadas.